



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07 | julho 2017



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: julho de 2017

Elaborado com informação disponível até ao dia 27 de julho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Comércio internacional da pesca, conservas e outros produtos do mar (2012 a 2016)	35
Iniciativas e Medidas Legislativas	43
Lista de Acrónimos	47

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de abril e maio de 2017, a produção industrial mundial acelerou para 3,4% em termos homólogos (2,9% no primeiro) devido à melhoria das economias avançadas; já que a dos países emergentes abrandou (especialmente asiáticos). Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também reforçou o seu crescimento em resultado do maior dinamismo das trocas comerciais das economias avançadas, nomeadamente em termos de importações.
- * No segundo trimestre de 2017, a atividade económica dos EUA manteve um crescimento moderado, embora tenha dado sinais de algum abrandamento (nas exportações e vendas a retalho); enquanto a da União Europeia fortaleceu-se, com exceção do Reino Unido, cujo PIB abrandou para 1,7% (2,0% no 1.º trimestre). De entre os países emergentes, o PIB da China aumentou para 6,9% em termos homólogos reais (igual ao 1.º trimestre) e o crescimento das exportações de bens deste país tornou-se mais robusto. A taxa de inflação homóloga desacelerou nas economias avançadas e foi menos elevada em alguns países emergentes.
- * No 2.º trimestre de 2017, o indicador de sentimento económico subiu de forma significativa tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), abrangendo uma melhoria de todos os indicadores de confiança, destacando-se a construção. E, ainda, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, interrompendo a quebra registada nos 3 meses precedentes (+0,6%, no 1.º trimestre). Em maio de 2017, a taxa de desemprego estabilizou quer para a UE, quer para a AE, situada em 7,8% e 9,3%, respetivamente, representando, no entanto, uma quebra homóloga de 0,9 p.p., em ambas as zonas. Em junho de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,3% (1,4% em maio) devido à desaceleração dos preços de energia (de 4,5% em maio, para 1,9%) e dos bens alimentares não transformados, dando origem a uma subida da taxa de inflação subjacente para 1,2% (1,0% em maio). Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação aumentou para 1,1% em junho de 2017 (a taxa mais elevada desde março de 2014).
- * Em julho de 2017 e, até ao dia 25, o preço *spot* do petróleo Brent, em dólares, recuperou, para se situar, em média, em 48 USD/bbl (invertendo a quebra dos 2 meses precedentes); enquanto o preço em euros diminuiu, embora de forma ligeira, para 42€/bbl, em consequência da maior apreciação do euro face ao dólar.
- * As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis em julho de 2017 para a área do euro, em torno de -0,33%, em média, até ao dia 25; enquanto prosseguiram o seu movimento ascendente para os EUA, ascendendo, a 1,31% (1,26%, em média, em junho).
- * No início do 3.º trimestre de 2017, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente, refletindo uma menor aversão ao risco, sobretudo nos EUA, onde se registou um forte ganho dos índices das empresas tecnológicas.
- * Em julho de 2017, o euro apreciou-se de forma expressiva face à generalidade das moedas, tendo, no dia 25, atingido 1,17 em relação ao dólar (o valor mais elevado desde meados de janeiro de 2015) e representando uma valorização de cerca de 11% face ao final de 2016. Esta evolução foi sobretudo influenciada pela alteração de expectativas quanto à orientação futura da política monetária do BCE (reunião de 20 de julho), no sentido de iniciar a sua normalização através da diminuição dos estímulos monetários inseridos no programa de *quantitative easing* e de subida dos juros.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 2.º trimestre de 2017, o indicador de clima económico evoluiu positivamente quando comparado com o 1.º trimestre.

- * No 2.º trimestre de 2017, o índice de confiança dos consumidores melhorou, renovando o seu máximo histórico. Também os indicadores qualitativos dos empresários exibiram um comportamento globalmente positivo.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 14,4%, o que representa uma aceleração face ao registado no 1.º trimestre de 2017.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 4,8% em abril e maio, acelerando 1,8 p.p. face ao primeiro trimestre de 2017.
- * As estimativas do INE apontam para que a taxa de desemprego, em maio, se tenha fixado nos 9,4%, enquanto o emprego cresceu 3%. O número de desempregados registados, nos centros de emprego, no final de junho, caiu 18,3% enquanto as inscrições ao longo do 2.º trimestre diminuíram 18,1%.
- * Em junho de 2017, a variação homóloga do IPC fixou-se em 0,9%, 0,6 p.p. abaixo do valor de maio, enquanto o IHPC cresceu 1% (1,7% em maio). Já o IPPI cresceu 2,7%, 1,3% se for excluído o agrupamento da energia.
- * Até maio de 2017, o défice acumulado da balança corrente foi de 1 056 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 308 milhões de euros em termos homólogos.
- * No final de junho, a execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se num saldo global negativo de 3.075 milhões de euros. Este valor representa um agravamento de 265 milhões de euros em relação ao registado no mês homólogo do ano anterior¹ e tem na sua origem num crescimento da receita efetiva (1%) inferior ao aumento de 1,6% da despesa efetiva². O saldo primário cifrou-se, por sua vez, num excedente de 2.018 milhões de euros.
- * Para o resultado da execução orçamental das Administrações Públicas em junho foi determinante o subsetor da Administração Central, com um saldo global negativo de 5.041 milhões de euros. A Administração Regional apurou, também, um défice de 124 milhões de euros, enquanto os restantes subsectores revelaram saldos globais positivos: a Segurança Social com 1.648 milhões de euros e a Administração Local com 442 milhões de euros.
- * A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) fixou-se no final de maio em 247.274 milhões de euros (menos 241 milhões de euros face ao mês anterior mas mais 6.213 milhões relativamente ao valor do stock registado no final de 2016). O *stock* líquido atingiu o montante de 228.068 milhões de euros.
- * A dívida direta do Estado atingiu no final de junho o montante de 244.644 milhões de euros, representando um aumento de 1.048 milhões de euros (0,4%) face ao mês anterior. No mesmo período, a dívida relacionada com o Programa de Assistência Económica e Financeira reduziu-se em 1.154 milhões de euros.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo de 13,3% das exportações de mercadorias nos primeiros cinco meses de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 16,3%, o que determinou um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 31,2%, no valor de 1.279 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 81,0%, menos -2,2 p.p. que em igual período de 2016.
- * Nos primeiros cinco meses de 2017, o crescimento das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (10,5%), em termos

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Resultados mensais preliminares de janeiro a maio de 2017.

homólogos. As importações com um crescimento superior ao das exportações (12,3%) determinaram um agravamento do saldo negativo da correspondente balança comercial em 23,5%.

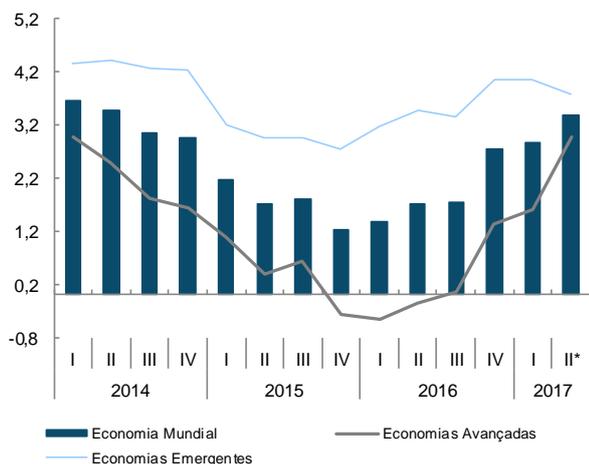
- * No último ano a terminar em maio de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 7% em termos homólogos, com a generalidade dos grupos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,6 p.p.), dos “Agroalimentares” (1,2 p.p.) e dos “Energéticos” (1,1 p.p.). Nos primeiros cinco meses de 2017 merecem referência especial o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (3,3 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,1 p.p.), dos “Agroalimentares” (1,9 p.p.), dos Químicos (1.6 p.p.) e “Minérios e minerais” (1.5 p.p.).
- * De janeiro a maio de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram 9,2 %, em termos homólogos, tendo contribuído em 7,1 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 cresceram 9,0 %, em termos homólogos, e para os países do Alargamento 13,4 %, totalizando os contributos para o crescimento do total das exportações 6,6 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,8% do total de janeiro a maio de 2017), foram responsáveis pelo maior contributo Intra UE-15 (2,6 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e Países Baixos (1,1 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente).
- * Nos primeiros cinco meses de 2017, as exportações para os Países Terceiros cresceram 27,0%, em termos homólogos, passando a representar 25,6 % do total das exportações nacionais (+2,8 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o crescimento das exportações para o China (64,5%), o Brasil (54,6%) e a Angola (47,3%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de maio de 2017, as Exportações de Bens e Serviços registaram nos primeiros cinco meses de 2017 um crescimento de 13,4%, em termos homólogos. A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (9,2 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de abril e maio de 2017, a produção industrial mundial acelerou para 3,4% em termos homólogos (2,9% no 1.º trimestre) devido à melhoria das economias avançadas; já que a dos países emergentes abrandou (especialmente asiáticos).

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



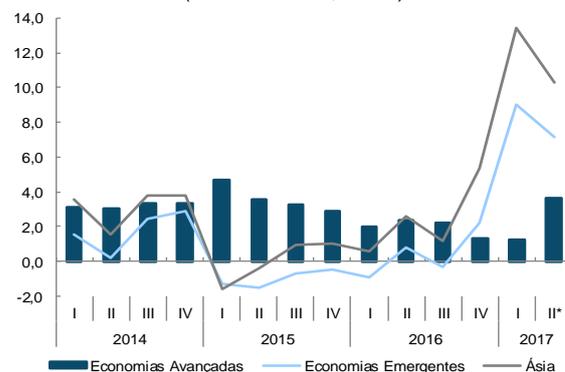
Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também acelerou, em resultado sobretudo do maior dinamismo das importações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de abril e maio de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 4,6% (4,2% no 1.º trimestre);
- as importações e exportações mundiais reforçaram o seu crescimento para 5,1% e 4,2%, respetivamente (4,4% e 4,0%, respetivamente, no primeiro trimestre de 2017).

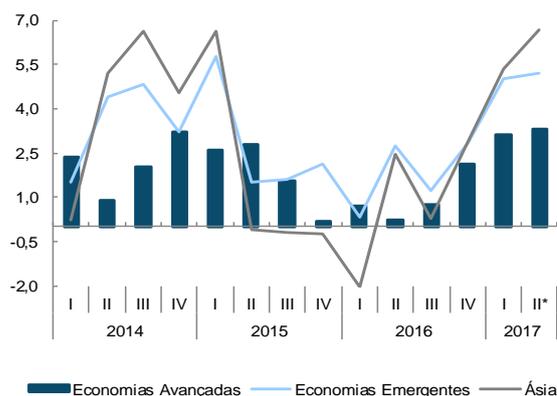
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

Os dados disponíveis para o 2.º trimestre de 2017 indicam um reforço das trocas comerciais das economias avançadas, especialmente em termos de importações. Relativamente aos países emergentes e em desenvolvimento, assistiu-se a um recuo das importações, contrastando com uma melhoria das exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

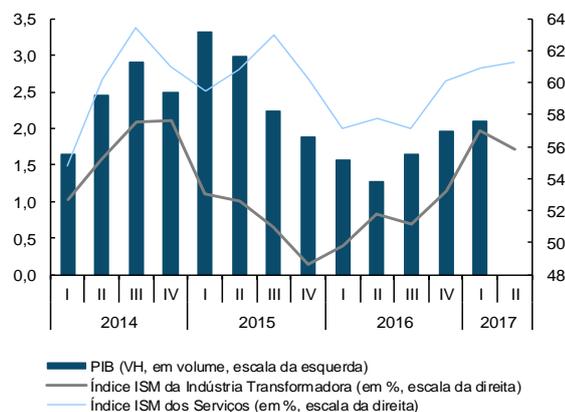
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	1,9	1,4	1,7	1,8	2,7	2,9	3,0	3,1	3,2	3,6
Economias Avançadas	VH	CPB	0,2	-0,5	-0,1	0,0	1,3	1,6	1,9	2,2	2,5	3,4
Economias Emergentes	VH	CPB	3,5	3,2	3,5	3,4	4,0	4,1	3,9	4,0	3,9	3,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,3	0,7	1,5	1,1	2,1	4,2	2,3	6,1	3,3	5,9
Importações Mundiais	VH	CPB	1,4	0,8	1,7	1,2	1,7	4,4	2,6	5,7	3,6	6,5
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	2,0	2,3	2,2	1,3	1,2	-0,9	2,3	1,6	5,7
Economias Emergentes	VH	CPB	0,5	-0,9	0,8	-0,3	2,2	9,0	7,9	10,7	6,5	7,7
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,3	0,5	1,4	1,0	2,5	4,0	2,0	6,6	3,1	5,3
Economias Avançadas	VH	CPB	1,0	0,7	0,2	0,7	2,1	3,1	2,2	4,3	1,5	5,2
Economias Emergentes	VH	CPB	1,8	0,3	2,8	1,2	2,9	5,0	1,8	9,3	5,1	5,4

Atividade Económica Extra-UE

No 2.º trimestre de 2017, a atividade económica dos EUA manteve um crescimento moderado; embora tenha dado sinais de algum abrandamento. No mesmo período, a taxa de inflação homóloga das economias avançadas tornou-se mais fraca na generalidade das economias avançadas e menos elevada em alguns países emergentes (Brasil, Rússia e África do Sul).

Figura 1.4. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA

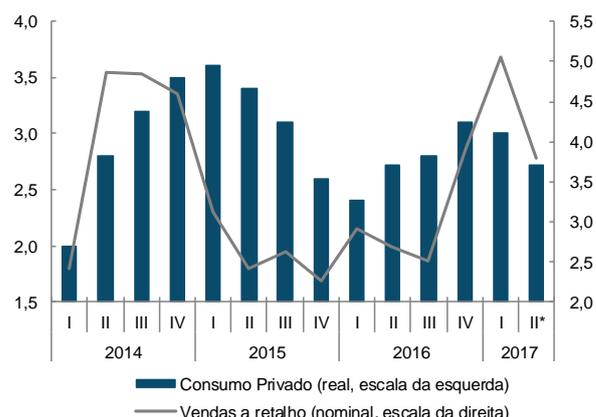


Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.*

No 2.º trimestre de 2017, assistiu-se, nos **EUA**, a um crescimento moderado da atividade industrial e à continuação de uma evolução favorável do mercado de trabalho; embora tanto o consumo privado como as exportações tenham desacelerado. Com efeito, neste período e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou para 1,9% (0,6% no 1.º trimestre) e o indicador de confiança dos serviços subiu;
- as vendas a retalho abrandaram para 3,8% (5,1% no 1.º trimestre) em linha com um recuo do consumo privado, tornando-se menos robusto (2,7% em termos reais, no conjunto dos meses de abril e maio; comparado com 3,0% no 1.º trimestre);
- a taxa de desemprego desceu para 4,4% e a taxa de inflação homóloga desacelerou para 1,9% (2,5% no 1.º trimestre de 2017).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

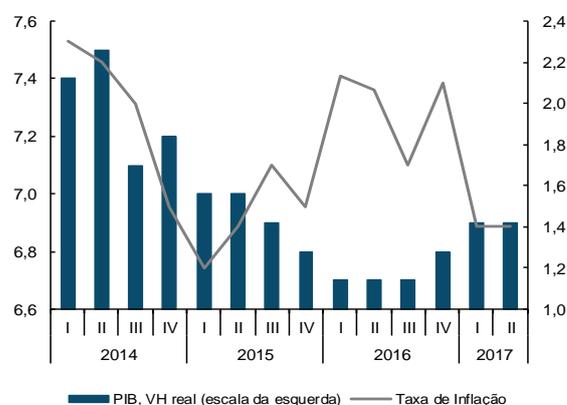


Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Census Bureau. P/ Consumo Privado, média de abril e maio.*

No 2.º trimestre de 2017, o PIB da **China** aumentou para 6,9% em termos homólogos reais (igual ao trimestre precedente), refletindo uma procura interna dinâmica e um bom desempenho das exportações de bens, as quais aumentaram para 9,0% em termos homólogos nominais (7,2% no 1.º trimestre).

Neste período, a taxa de inflação homóloga manteve-se em 1,4%.

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

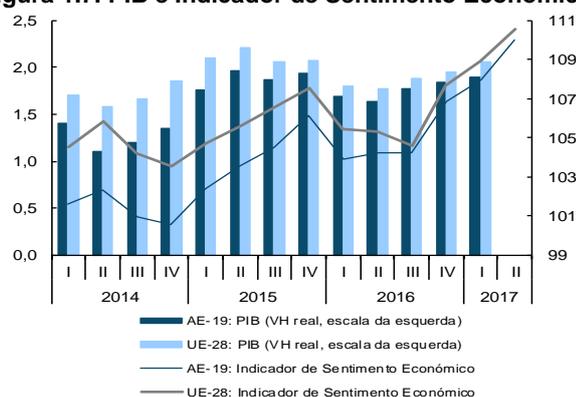
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
EUA – PIB real	VH	BEA	1,6	1,3	1,7	2,0	2,1	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-1,2	-1,3	-1,2	-0,1	0,6	1,9	1,3	1,8	1,9	2,0
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,5	51,8	51,2	53,2	57,0	55,8	57,2	54,8	54,9	57,8
Índice ISM dos Serviços	%	"	58,1	57,8	57,1	60,1	60,9	61,3	58,9	62,4	60,7	60,8
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	91,8	92,4	90,3	93,1	97,2	96,4	96,9	97,0	97,1	95,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	4,9	4,9	4,7	4,7	4,4	4,5	4,4	4,3	4,4
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,7	6,7	6,8	6,9	6,9	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	-7,7	-6,3	-6,9	-5,3	7,2	9,0	16,0	7,5	8,3	11,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,0	0,9	1,0	1,6	1,3	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2017, o indicador de sentimento económico subiu de forma significativa tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), abrangendo uma melhoria de todos os indicadores de confiança, com destaque para a construção. E, ainda, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, interrompendo a quebra dos 3 meses precedentes (+0,6%, no 1.º trimestre).

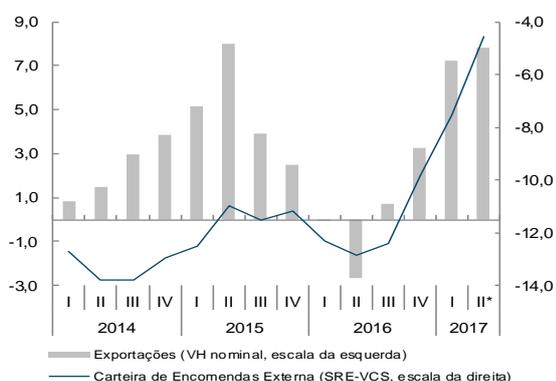
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de abril e maio de 2017, indicam um fortalecimento da atividade económica (produção industrial, vendas a retalho e exportações de bens). Estas últimas aumentaram para 7,8% em termos homólogos nominais (7,2%, no 1.º trimestre).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

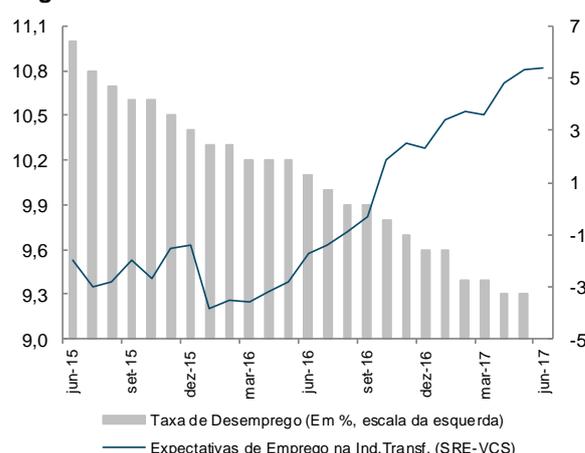


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de abril e maio.

Em maio de 2017, a taxa de desemprego estabilizou quer para a UE, quer para a AE, situando-se em 7,8% e 9,3%, respetivamente, representando, no entanto, uma quebra homóloga de 0,9 p.p., em ambas as zonas.

Em junho de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora e construção, tendo sido particularmente expressiva para este último setor.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em junho de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu ligeiramente para 1,3% (1,4% em maio) devido à desaceleração dos preços de energia (de 4,5% em maio, para 1,9%) e dos produtos alimentares não transformados; dando origem a uma subida da taxa de inflação subjacente para 1,2% (1,0% em maio).

Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação aumentou para 1,1% em junho de 2017 (a taxa mais elevada desde março de 2014).

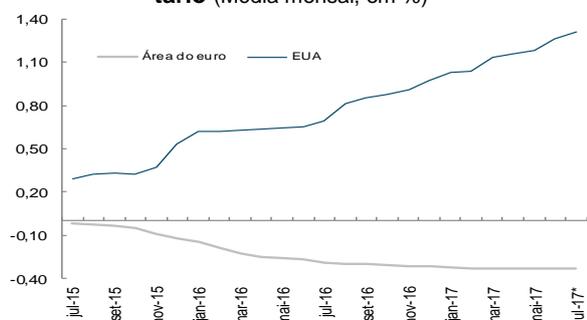
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	1,9	1,8	1,9	2,0	2,1	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,7	105,3	104,6	107,7	108,9	110,6	109,2	110,7	109,7	111,3
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	1,8	1,6	1,8	1,8	1,9	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,8	104,2	104,2	106,9	108,0	110,0	108,0	109,7	109,2	111,1
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	1,4	1,1	1,1	2,1	1,3	:	2,3	1,2	3,9	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,2	2,0	1,6	2,5	2,1	:	2,7	2,6	2,6	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	10,2	9,9	9,7	9,5	:	9,4	9,3	9,3	:
IHPC	VH	"	0,2	-0,1	0,3	0,7	1,8	1,5	1,5	1,9	1,4	1,3

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em julho de 2017, as taxas de juro de curto prazo para a área do euro mantiveram-se estáveis, situando-se em -0,33%, em média, até ao dia 25; enquanto prosseguiram o seu movimento ascendente para os EUA, ascendendo a 1,31% (1,26%, em junho).

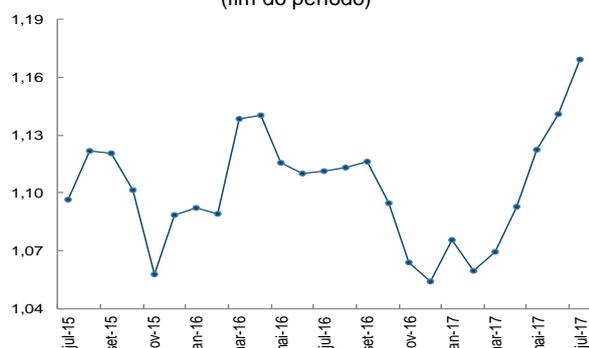
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 25.

Em junho de 2017, as taxas de juro de longo prazo desceram tanto para os EUA como para a área do euro, de igual magnitude. No caso da área do euro, os diferenciais entre as taxas de rentabilidade dos países periféricos e as da Alemanha reduziram-se, influenciadas por uma certa estabilização política da Europa na sequência dos resultados das eleições legislativas em França e autárquicas em Itália.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

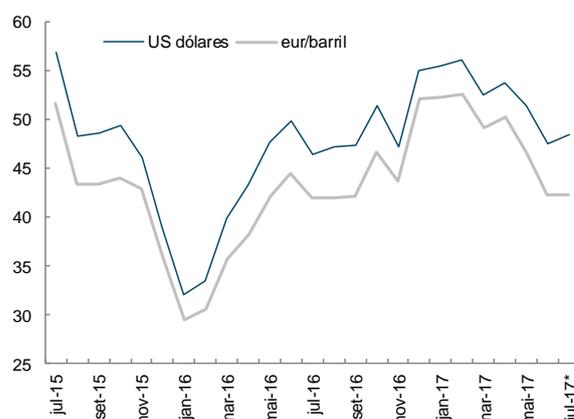


Fonte: Banco de Portugal. Para julho, o valor é do dia 25.

Em julho de 2017, o euro apreciou-se de forma expressiva face generalidade das moedas, tendo, no dia 25, atingido 1,17 em relação ao dólar (o valor mais elevado desde meados de janeiro de 2015). Este movimento de valorização deveu-se sobretudo à alteração de expectativas quanto à orientação futura da política monetária do BCE (reunião do dia 20), no sentido de iniciar a diminuição de estímulos monetários inseridos no programa de *quantitative easing* e de subida dos juros.

Em junho de 2017, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado tornou a descer para 38,4 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em julho de 2017 e, até ao dia 25, o preço do petróleo *Brent*, em dólares, recuperou, para se situar, em 48 USD/bbl (invertendo a quebra nos 2 meses precedentes); enquanto o preço em euros diminuiu, embora de forma ligeira, para 42€/bbl, em consequência da maior apreciação do euro.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 25.

No 2.º trimestre de 2017, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou para 4,4% em termos homólogos (16,2% no 1.º trimestre) tendência que se estendeu a todos os produtos, com destaque para os metais (17%, comparado com 35% no primeiro trimestre) e *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,32	-0,28	-0,30	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,84	1,75	1,56	2,13	2,44	2,26	2,48	2,29	2,30	2,19
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	0,93	0,94	0,66	1,10	1,41	1,17	1,46	1,26	1,18	1,07
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,054	1,110	1,116	1,054	1,069	1,141	1,069	1,093	1,122	1,141
Dow Jones*	VC	Yahoo	13,4	14	2,1	7,9	4,6	3,3	-0,7	13	0,3	16
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	0,7	-4,7	4,8	9,6	6,4	-1,7	5,5	1,7	-0,1	-3,2
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	45,06	46,96	46,97	51,16	54,69	50,92	52,54	53,82	51,39	47,55
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-16,0	-26,0	-8,3	14,3	55,7	8,44	31,9	24,3	7,8	-4,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-15,8	-27,6	-8,7	16,1	60,9	11,4	37,6	31,5	10,3	-4,8
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	34,2	35,4	36,3	40,6	44,9	40,9	43,5	42,8	41,6	38,4

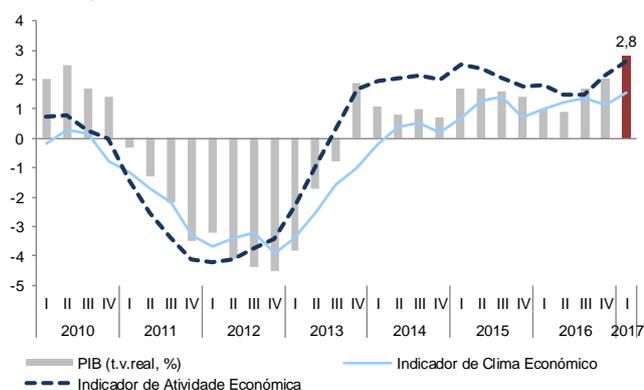
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o mês de junho, observou-se uma melhoria no indicador de clima económico quando comparado com o mês anterior, dando continuidade à evolução positiva registada ao longo deste ano.

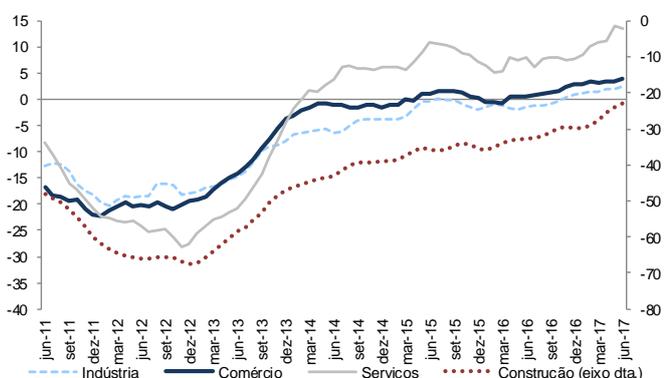
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No 2.º trimestre do ano, registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança relativos ao setor da construção, serviços, comércio a retalho e da indústria.

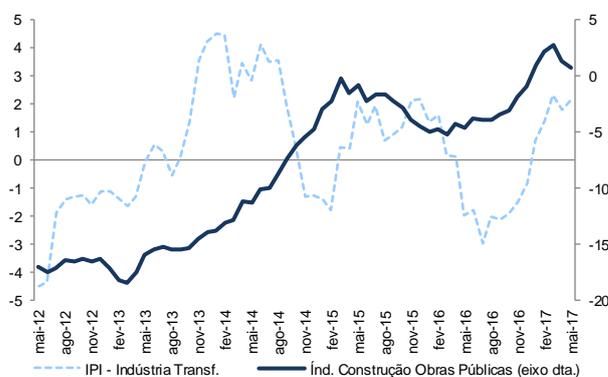
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

No trimestre terminado em maio de 2017, o indicador de atividade económica do INE registou uma taxa de crescimento homólogo de 3%, que compara com 2,7% no trimestre terminado em abril.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento de 2,2% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 10,4% (1,8% e 8,2% no mês precedente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 0,8% (que compara com 1,3% em abril);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços cresceu 7,6% face ao período homólogo (+0,9 p.p. face a abril);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio registou um crescimento de 4,9%, superior em 1,3 p.p. ao mês precedente.

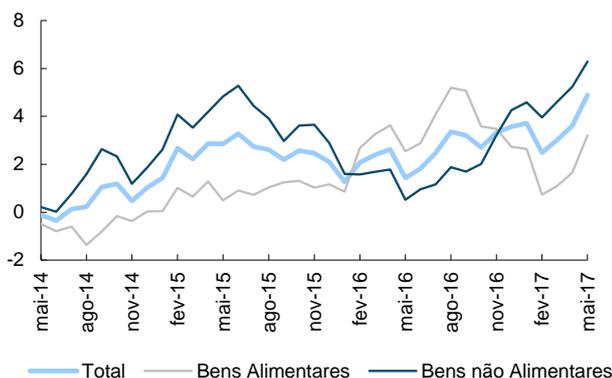
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	14	0.9	17	2.0	2.8	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	12	12	14	11	16	2.1	13	16	18	2.0	2.1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-0.6	-14	-10	10	14	2.4	12	13	3.5	12	2.4
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	1.1	0.6	15	2.9	3.1	3.9	3.8	2.6	4.2	3.7	3.9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	7.3	7.9	8.1	7.7	10.9	13.5	11.5	11.6	10.4	20.0	10.2
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-318	-32.8	-30.9	-29.7	-27.4	-23.0	-27.3	-25.4	-23.7	-23.2	-22.0
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	1.1	-18	-2.1	-0.8	2.3	:	18	3.5	0.2	3.0	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-0.5	-3.0	-0.8	3.2	13.0	:	5.7	16.9	1.5	12.4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2.3	-11	1.1	7.1	5.1	:	4.8	6.7	8.7	7.5	:

Consumo Privado

Em abril e maio de 2017, o índice de volume de negócios no comércio a retalho apresentou um crescimento médio de 4,8%, acelerando 1,8 p.p. face ao valor do primeiro trimestre. Tanto a componente alimentar como a componente não alimentar aceleraram em igual período. A componente alimentar cresceu 3,1% (+2 p.p.), enquanto a componente não alimentar expandiu 6,2% (+1,6 p.p.).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

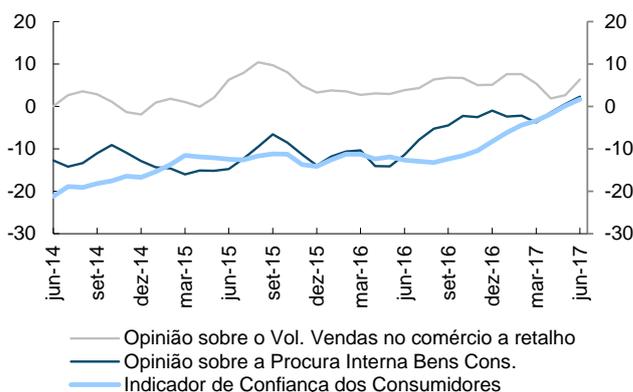


Fonte: INE.

O segundo trimestre de 2017 ficou marcado por uma melhoria da maioria dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários. Tanto o indicador de opinião relativo à procura interna de bens de consumo como indicador de opinião relativo ao volume de vendas no comércio a retalho evoluíram positivamente quando comparado com os primeiros três meses do ano.

O indicador de confiança dos consumidores também registou uma melhoria significativa em igual período, tendo renovado o seu máximo histórico. Ainda assim, quando questionados relativamente à oportunidade de aquisição de bens duradouros, a opinião dos consumidores deteriorou-se.

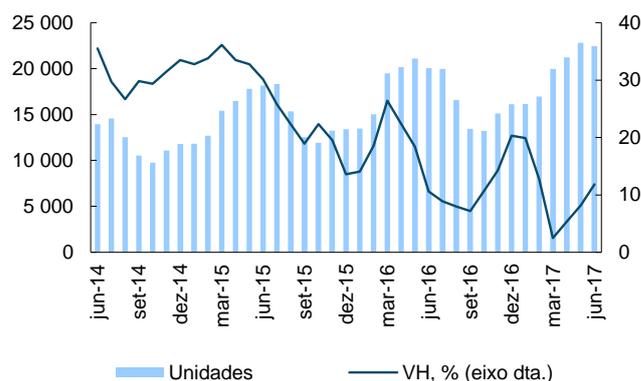
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No segundo trimestre do 2017 foram vendidos 67 330 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 11,8% face ao período homólogo (2,5% no primeiro trimestre), e mais 7 461 unidades do que nos primeiros três meses do ano.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2.3	1.6	1.9	3.0	2.1	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11.1	-12.6	-12.4	-8.2	-3.4	1.7	-4.0	-1.5	0.2	1.7	3.1
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4.6	3.9	6.8	5.1	5.4	6.4	4.7	-2.1	3.2	7.0	9.0
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2.7	1.8	3.2	3.6	3.0	:	1.3	5.1	4.5	5.1	:
Bens Alimentares	VH	"	3.5	2.9	5.1	2.7	1.1	:	-1.4	3.5	2.9	3.2	:
Bens não alimentares	VH	"	2.1	1.0	1.7	4.3	4.6	:	3.4	6.5	5.8	6.6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16.1	10.6	7.2	20.3	2.5	11.8	4.6	-1.8	17.8	13.4	6.3
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5.5	5.3	5.9	6.3	7.4	:	0.6	11.5	2.2	16.6	:

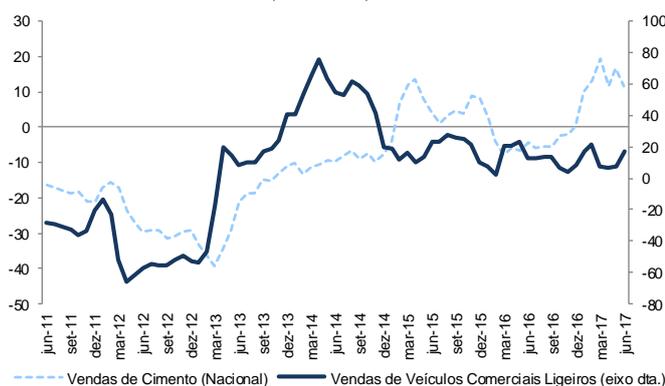
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 2.º trimestre de 2017, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 17,4% (+9,9 p.p. face ao 1.º trimestre) acompanhadas pela variação de 4,7% na venda de veículos comerciais pesados, superior em 7 p.p. quando comparado com o 1.º trimestre de 2017;
- as vendas de cimento registaram uma variação de 11,5% (19,2% no trimestre anterior);

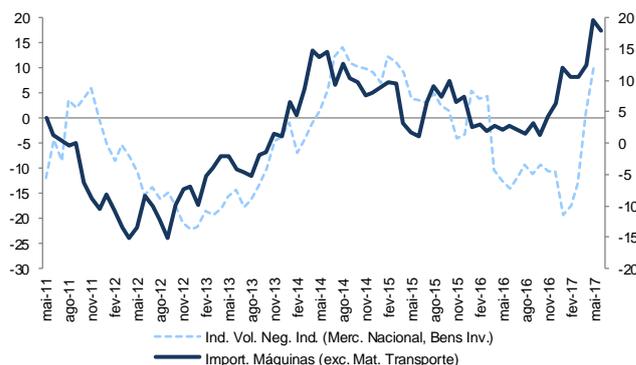
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 12,9% no trimestre terminado em maio, o que representa uma diminuição de 3,1 p.p. face ao registado no 1.º trimestre de 2017.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

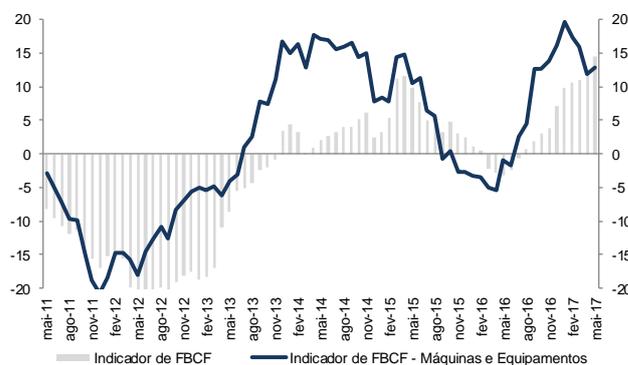


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de 2,4% (6,6% no trimestre terminado em março);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 20,6% (-0,1 p.p. face ao 1.º trimestre).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-0.6	-2.2	-1.8	3.6	5.8	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	0.1	-2.2	-0.1	5.2	9.1	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	11	-2.4	1.9	7.1	11.0	:	10.5	11.0	12.1	14.4	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-4.4	-4.4	-5.6	0.2	19.2	11.5	7.8	22.0	3.6	23.9	6.9
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13.1	12.4	13.5	8.0	7.5	17.4	14.1	-6.4	20.3	15.6	16.4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	20.6	23.3	5.2	18.8	-2.3	4.7	-15.6	21.1	6.8	3.9	3.8
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-7.1	-10.0	-15	-6.6	7.0	11.4	2.3	8.3	6.6	4.6	23.0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	38.2	62.5	38.5	30.4	50.4	:	27.7	46.1	-0.6	15.3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	7.1	1.2	12.0	12.5	20.7	:	10.1	25.8	13.2	22.2	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-9.8	-9.2	-19.4	10	6.6	:	-4.5	5.8	-6.5	8.0	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em maio, apontam para um aumento das exportações de 13,2% e um aumento das importações em 16,5% (17,1% e 15,7% no 1.º trimestre de 2017).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



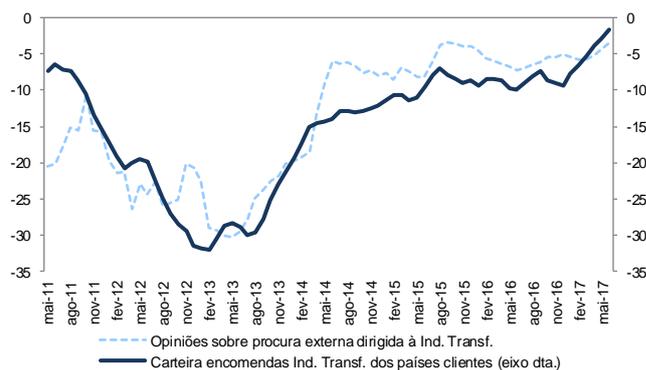
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em maio, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações cresceu 24,7% (-7,4 p.p. face ao 1.º trimestre de 2017). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 9,7%, que compara com o crescimento de 12,7% registado no 1º trimestre.
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 12,8%, enquanto o mercado extracomunitário registou um crescimento de 29,7% em termos homólogos (13,1% e 25,2% no 1.º trimestre deste ano, respetivamente).
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 79,9% (84% nos primeiros três meses do ano).

No 2.º trimestre de 2016, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas que no trimestre anterior e a carteira de encomendas da indústria transformadora apresentou uma evolução positiva.

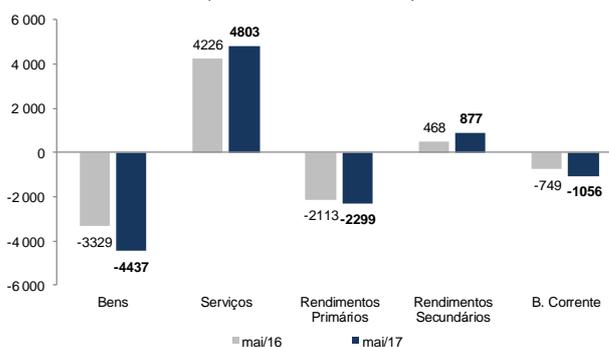
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até maio de 2017, o saldo acumulado da balança corrente foi de -1 056 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 308 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, um saldo mais negativo da balança de bens.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 447 milhões de euros (uma diminuição de 110 milhões de euros face ao mesmo período de 2016).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,4	3,6	19	5,5	6,6	9,6	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,5	4,8	15	3,9	7,7	8,1	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	12	0,7	10	12	12	10	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	14	0,5	0,8	12	14	15	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	10	-15	-15	19	5,1	17,1	18,6	8,5	23,9	0,1	15,4
Entradas de Bens	VH nom	"	14	10	-3,4	13	6,9	15,7	22,5	9,8	15,4	11,4	22,4

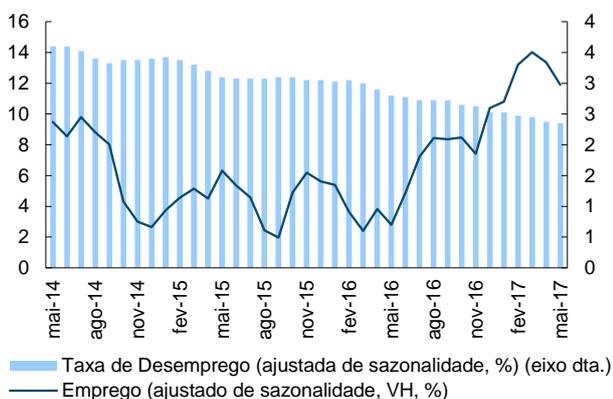
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016	2017	Dif.
				1T	2T	3T	4T	1T	jan-mai	jan-mai	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 154	232	-491	2614	799	583	-337	-447	-110
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 076	-2004	-2067	-2305	-2699	-2222	-3329	-4437	-1107
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 141	2131	3082	4851	3077	2294	4226	4803	577
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 982	-347	-2388	-969	-279	-535	-2113	-2299	-186
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1474	152	555	336	430	653	468	877	409

Mercado de Trabalho

O Instituto Nacional de Estatística (INE) estima que a taxa de desemprego de maio se tenha fixado nos 9,4%, valor inferior em 0,1 p.p. à estimativa definitiva de abril e 1,8 p.p. abaixo do valor homólogo. Esta redução resulta de um aumento homólogo de 3% no emprego (3,3% em abril) enquanto a população desempregada caiu 15,4% (-17,2% no mês precedente).

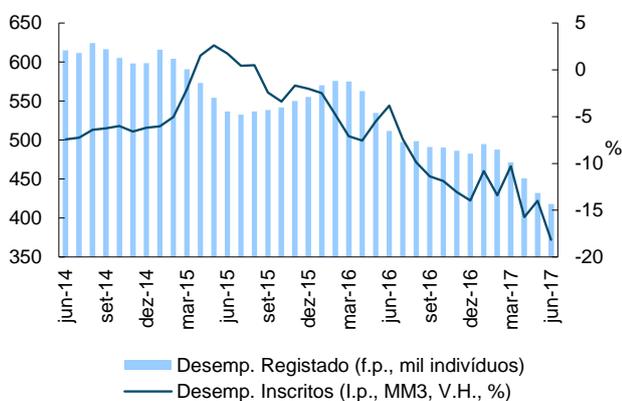
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final do segundo trimestre, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego ascendia aos cerca de 418 mil, uma redução de 18,3% em termos homólogos (-18% no primeiro trimestre). Ao longo do segundo trimestre, os centros de emprego receberam cerca de 122 mil inscrições, uma redução de 18,1% face a igual período de 2016.

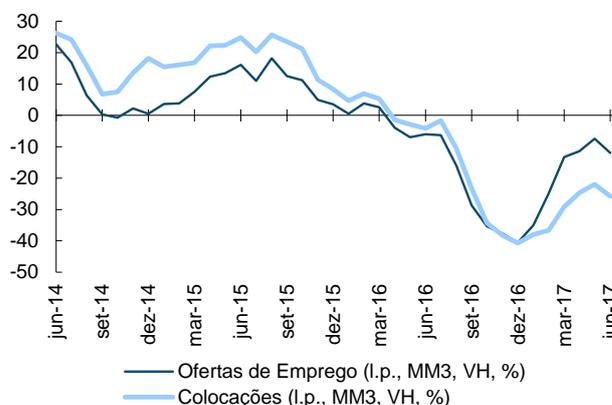
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Em igual período, houve 24 730 colocações (-25,8% face ao segundo trimestre de 2016), enquanto as ofertas de emprego ascenderam às cerca de 42 mil (-12%). Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no segundo trimestre, de 59,3%.

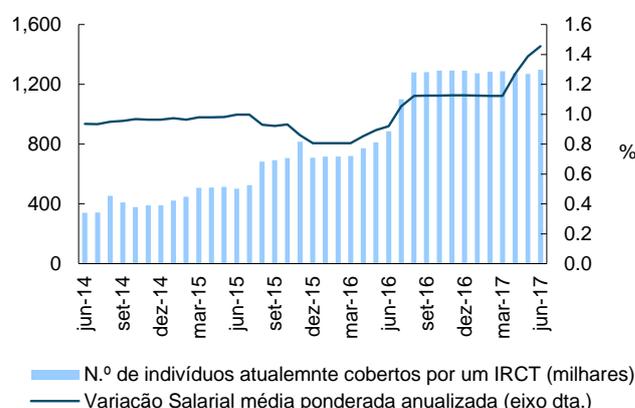
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

É estimado que, em final de junho, aproximadamente 1,299 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, valor que traduz um aumento de 46,6% face ao número registado um ano antes. O aumento das remunerações médias implícitas encontra-se agora nos 1,5%, 0,1 p.p. acima do valor do mês precedente e mais 0,6 p.p. do que há um ano.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MSESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

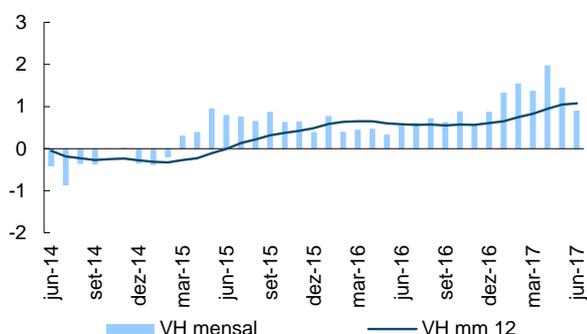
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Taxa de Desemprego*	%	INE	11.1	10.8	10.5	10.5	10.1	:	9.9	9.8	9.5	9.4	:
Emprego Total*	VH	"	1.2	0.5	1.9	1.8	3.2	:	3.3	3.5	3.3	3.0	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13.1	-4.7	-8.8	-13.1	-18.0	-18.3	-15.3	-18.0	-19.9	-19.2	-18.3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-9.3	-3.8	-11.4	-14.0	-10.3	-18.1	-18.0	-4.9	-24.8	-12.9	-16.7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-17.1	-6.0	-28.7	-40.5	-13.3	-12.0	-9.9	-2.7	-23.0	1.2	-15.9
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1.1	0.9	1.1	1.1	1.1	:	1.1	1.1	1.3	1.4	1.5
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1.4	2.1	2.6	0.6	2.6	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1.3	1.0	1.2	1.5	1.3	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em junho de 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma variação homóloga de 0,9%, desacelerando 0,6 p.p. face a maio. Em termos de médias móveis dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 1,1%, mais 0,1 p.p. do que no mês anterior.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

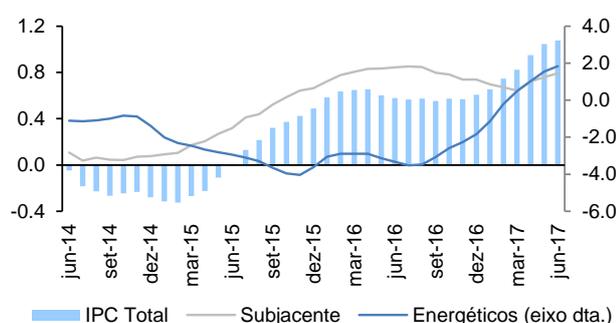


Fonte: INE.

Esta desaceleração resulta da forte desaceleração da componente dos bens (-1,1 p.p., para -0,1%), enquanto a componente dos serviços acelerou 0,3 p.p., crescendo 2,4%.

Por seu turno, a desaceleração da componente de bens reflete, em grande medida, os desenvolvimentos dos bens energéticos e alimentares não processados, componentes que são excluídas no cálculo do IPC subjacente. Assim, o crescimento do IPC subjacente foi de 1,1%, menos 0,1 p.p. do que em maio.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



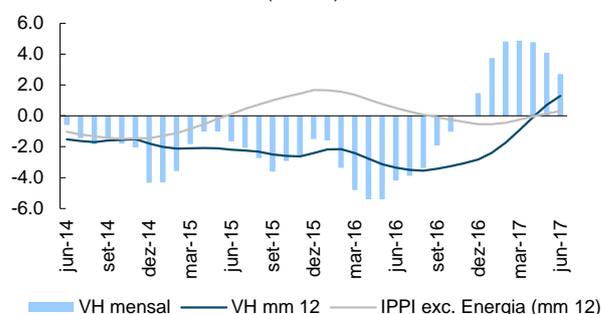
Fonte: INE.

As categorias de vestuário e acessórios para o lar foram, à semelhança do mês anterior, as que apresentaram a maior quebra (-1,6% e -0,6%, respetivamente). Já as categorias de comunicação e restauração e hotelaria foram as que exibiram os maiores incrementos (3,6% e 3,5%, respetivamente), sendo ainda de assinalar que esta última registou também a segunda maior desaceleração (-1,4 p.p.), apenas ultrapassada pelos produtos alimentares (-1,9 p.p.).

O IHPC também registou uma forte desaceleração em junho, apresentando um crescimento de 1% (1,7% em maio). Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 1,3% (-0,1 p.p. face a maio), o que levou à inversão do diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro que agora se fixou nos -0,3 p.p..

O Índice de preços na Produção Industrial cresceu 2,7% em junho, desacelerando 1,4 p.p. face a maio.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

A evolução do IPPI encontra-se ainda fortemente condicionado pela evolução do agrupamento da energia que, apesar da forte desaceleração (-7,5 p.p.) registada em junho, permanece ainda como a componente com maior crescimento (8,9%). Com efeito, se a componente energética fosse excluída, o IPPI teria crescido 1,3%, menos 0,1 p.p. do que maio.

Ao nível das secções, as Indústrias extrativas foram as que apresentaram o maior crescimento (14,4%), seguidas das Indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (11,1%).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

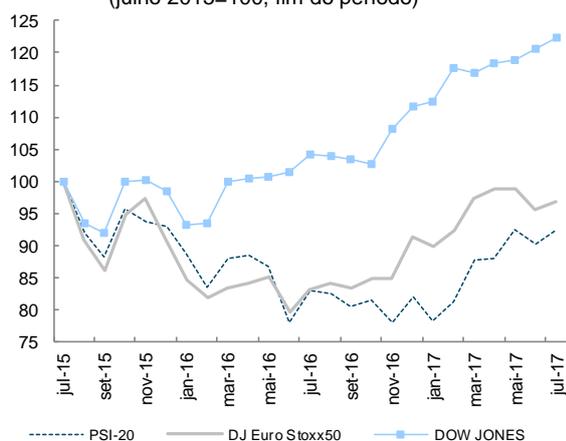
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0.3	-0.5	0.0	-0.6	-0.2	1.8	1.0	-0.2	-0.4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0.6	0.9	0.6	0.9	1.3	1.6	1.4	2.0	1.5	0.9
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0.6	0.6	0.6	0.7	0.7	0.8	0.9	1.0	1.1
IPC - Bens	VH	"	0.0	0.1	0.1	0.6	1.4	1.7	1.5	1.1	1.0	-0.1
IPC - Serviços	"	"	1.5	1.9	1.3	1.3	1.3	1.4	1.2	3.3	2.1	2.4
IPC Subjacente*	"	"	0.7	0.7	0.4	0.5	0.5	0.6	0.6	1.7	1.2	1.1
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2.8	-1.0	0.0	1.5	3.7	4.8	4.9	4.8	4.1	2.7
IHPC	"	"	0.6	1.1	0.5	0.9	1.3	1.6	1.4	2.4	1.7	1.0
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0.4	0.6	-0.1	-0.2	-0.5	-0.4	-0.1	0.5	0.3	-0.3

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No início do 3.º trimestre de 2017, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente, refletindo uma menor aversão ao risco, sobretudo nos EUA, onde se registou um forte ganho dos índices das empresas tecnológicas. Relativamente à área do euro, a subida dos índices bolsistas foi ligeiramente menos pronunciada, resultando, em parte, da persistência de problemas do setor bancário em alguns países (nomeadamente em Itália e Espanha). Assim, a 25 de julho de 2017, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se, ambos, cerca de 1% face ao final de junho, acumulando uma valorização de 9% e 6%, respetivamente, face ao final de 2016.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(julho 2015=100, fim do período)

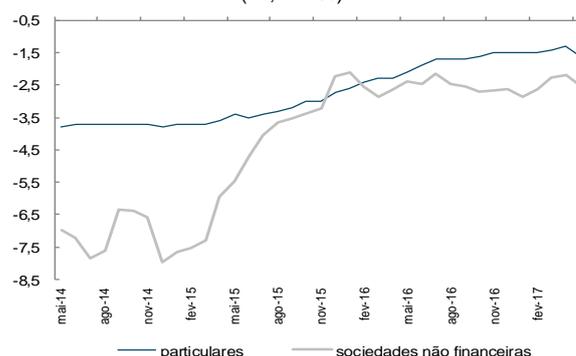


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para julho, o valor é do dia 25.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se valorizou até finais de julho de 2017, tendo, no dia 25, obtido um ganho de 2,5% face ao final de junho e de quase 13% em relação ao final de 2016.

Em maio de 2017, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -1,9% em termos anuais (-1,6% no mês precedente) em resultado da deterioração do crédito atribuído tanto às empresas não financeiras como aos particulares.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

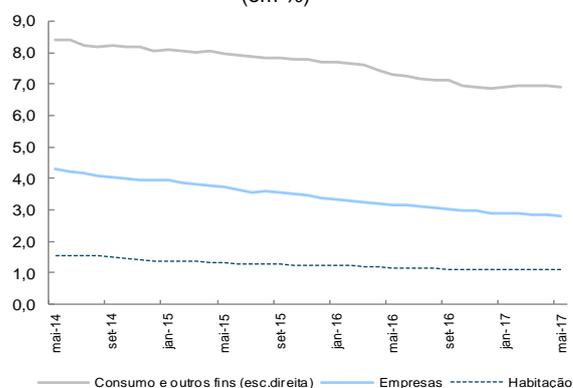


Fonte: Banco de Portugal.

Quanto ao crédito destinado aos particulares, este agravou-se para se situar numa variação anual de -1,6% em maio de 2017 (-1,3% em abril), refletindo um abrandamento do crédito ao consumo e uma diminuição mais acentuada para outros fins.

Em maio de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram quer para as empresas, quer para os particulares. Só que, enquanto as taxas diminuíram para o crédito ao consumo e outros fins; estas mantiveram-se estáveis para os empréstimos à habitação, em torno de 1,1%, pelo 4.º mês consecutivo.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	3,7	3,3	3,7	3,7	4,1	3,9	4,0	3,5	3,1	3,0
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	354	316	341	354	365	365	366	321	280	255
PSI 20*	VC	CMVM	-11,9	1,2	-4,2	5,0	-4,4	3,9	7,7	0,5	5,1	-2,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-2,9	-3,1	-3,0	-2,9	-2,9	-2,8	-2,7	-2,6	-2,6	:
- para consumo	va**	"	12,6	13,2	13,2	12,6	12,2	11,8	12,1	12,0	8,8	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,6	-2,7	-2,6	-2,6	-2,9	-2,6	-2,3	-2,2	-2,5	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,12	1,12	1,12	1,12	1,11	1,11	1,11	1,11	1,11	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,91	2,98	2,96	2,91	2,91	2,88	2,85	2,83	2,81	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

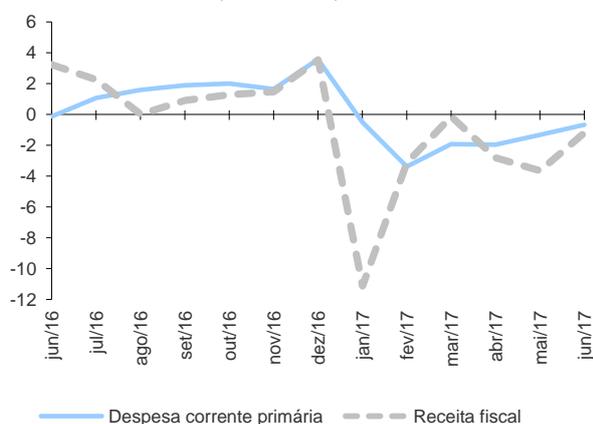
Finanças Públicas

O sector das Administrações Públicas registou, no final de junho, um saldo global negativo de 3.075 milhões de euros¹, valor que representa um agravamento de 265 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior. Na base deste resultado esteve o aumento de 1.%² da receita efetiva, significativamente inferior ao aumento concomitante da despesa efetiva (1,6%). No mesmo período, o saldo primário apresenta um excedente de 2.018 milhões de euros. Os subsectores das Administrações Públicas contribuíram de forma diferente para aquele valor do saldo global: a soma dos défices observados na Administração Central (5.041 milhões de euros) e na Administração Regional (124 milhões de euros) ultrapassou largamente a dos excedentes registados na Administração Local (442 milhões de euros) e na Segurança Social (1.648 milhões de euros).

Estado

A execução orçamental do subsector Estado encerrou o mês de junho com um saldo global negativo de 5.050 milhões de euros, valor que representa um agravamento de 256 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior. O saldo primário registou, entretanto, um défice de 490 milhões de euros, valor que revela um agravamento de 386 milhões de euros em relação ao verificado no mês homólogo do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

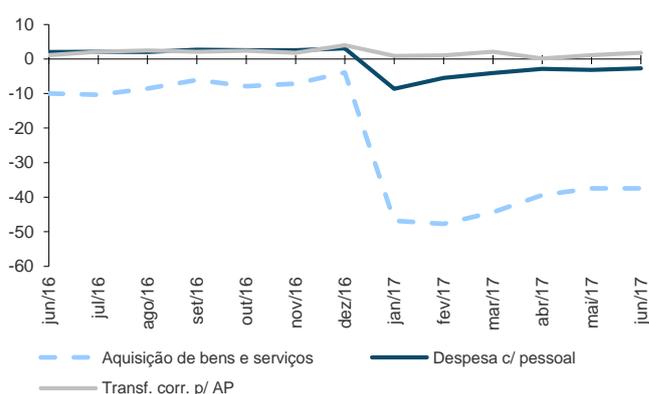
Para a referida evolução do saldo global contribuiu a redução da receita efetiva em 2% relativamente ao período homólogo do ano anterior, superior à diminuição concomitante de 0,6%

verificada na despesa efetiva. O grau de execução da receita efetiva (43,9%) situou-se abaixo da execução da despesa efetiva (48%).

Na evolução da receita efetiva destaca-se a redução de 8,3% na cobrança dos impostos diretos. A receita com origem nos impostos indiretos registou, entretanto, um aumento de 3,7%.

Quanto à despesa efetiva, verificam-se reduções em termos homólogos da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* (37,5%), das *Despesas com o Pessoal* (2,7%) e da despesa com *Juros e Outros Encargos* (2,8%).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016		2017		2017			
	jan a jun		jan a jun		mar	abr	mai	jun
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	20 501	20 085	45,3	43,9	-1,1	-3,6	-3,8	-2,0
Receita corrente	20 426	20 029	45,3	43,9	-0,8	-3,4	-3,7	-1,9
Impostos diretos	7 510	6 889	41,9	37,9	-6,2	-9,2	-13,1	-8,3
Impostos indiretos	10 882	11 282	47,2	48,6	3,9	1,5	3,0	3,7
Despesa Efetiva	25 296	25 135	49,1	48,0	-1,7	-0,5	-0,8	-0,6
Despesa corrente primária	20 066	19 932	45,3	43,9	-6,2	1,5	-0,8	-0,7
Despesa corrente	24 756	24 491	49,8	48,8	-2,0	-1,0	-1,6	-1,1
Despesa com pessoal	4 903	4 770	53,9	53,6	-4,1	-2,9	-3,2	-2,7
Aquisição bens e serviços	602	376	34,9	18,0	-44,3	-39,4	-37,5	-37,5
Subsídios	35	11	25,3	10,8	-66,7	-51,0	-66,7	-67,4
Juros	4 690	4 560	62,2	60,4	-2,2	3,7	-2,8	-2,8
Transferências corr. p/ AP	13 073	13 307	47,8	47,7	2,1	0,1	1,1	1,8
Saldo Global	-4 794	-5 050	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-104	-490	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

Até ao fim do mês de junho, a execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou um saldo global positivo de 9 milhões de euros. Este saldo representa uma redução de 311 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita efetiva de 3%, inferior ao aumento concomitante da despesa efetiva (5,4%).

No aumento da receita efetiva destaca-se o aumento de 4,3% das receitas provenientes das transferências correntes das Administrações Públicas, que terá compensado a redução de 4,6% das receitas registadas na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 13,5% e de 5% registados, respetivamente, nas despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva foi de 46%, ligeiramente superior ao da despesa efetiva (45,8%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 742 milhões de euros. Este valor compara com o saldo negativo de 448 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, no final de junho, um saldo global negativo de 30 milhões de euros, valor que compara com o défice de 5 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 3,7%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 3,9% verificado na rubrica *Outras receitas correntes*, onde se incluem as transferências do OE. Quanto à despesa efetiva mostra um crescimento de 4,3%, decorrente dos aumentos de 5,1% das *Despesas com o Pessoal* e de 4,9% dos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços*.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No período em análise, a execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global positivo de 89 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 115 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta uma diminuição de 4,3%, assente, principalmente, nas reduções verificadas nas rubricas *Comparticipação do Orçamento do Estado* (menos 4,2%) e *Quotas e Contribuições* (menos 4,8%). A despesa efetiva mostra, por seu lado, uma diminuição de 3,9%, decorrente da redução de igual valor relativo do montante da rubrica *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016		2017		2016		2017	
	jan a jun				jan a jun			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	13 579	13 987	46,0	3,0	4 106	4 293	45,9	4,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1944	1855	47,4	-4,6	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	7 925	8 267	47,4	4,3	264	502	50,8	90,4
Despesa Efetiva	13 259	13 978	45,8	5,4	4 554	5 035	47,9	10,6
Despesa com pessoal	3 238	3 401	48,4	5,0	1837	1909	49,8	3,9
Aquisição de bens e serviços	3 013	3 420	49,3	13,5	1340	1398	43,1	4,3
Transferências correntes	5 194	4 964	43,9	-4,4	52	40	51,1	-23,3
Saldo Global	320	9	-	-	-448	-742	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a jun					jan a jun			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)			10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	4 303	4 465	3,7	50,3	Receita Efetiva	4 644	4 442	-4,3	45,3
Receita fiscal	59	56	-4,1	43,0	Contribuições p/ a CGA	1 942	1 851	-4,7	47,4
Outra receita corrente	4 230	4 393	3,9	50,7	Quotas e contribuições	1 893	1 802	-4,8	47,3
Receita de capital	15	15	3,4	19,4	Transferências correntes do OE	2 286	2 194	-4,0	43,5
Despesa Efetiva	4 308	4 494	4,3	49,2	Comparticipação do OE	2 169	2 079	-4,2	43,5
Despesa com pessoal	1 710	1 798	5,1	48,7	Compensação por pagamento de pensões	117	115	-1,6	49,1
Aquisição de bens e serviços	2 497	2 619	4,9	50,2	Despesa Efetiva	4 528	4 353	-3,9	44,4
Despesa de capital	39	24	-39,9	21,5	Pensões	4 442	4 268	-3,9	44,4
Saldo Global	-5	-30	-	-	Saldo Global	115	89	:	:

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

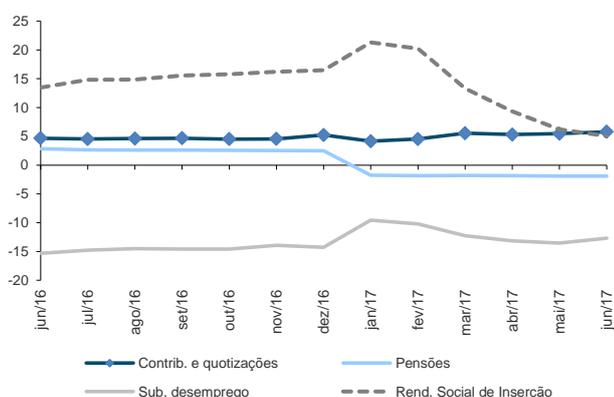
Segurança Social

No final do mês de junho, a execução orçamental do subsector da Segurança Social apresentou um saldo global positivo de 1.648 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 419 milhões de euros em relação ao mês homólogo do ano anterior.

Para esta evolução contribuiu o crescimento de 2,5% da receita efetiva conjugado com uma redução de 0,9% da despesa efetiva.

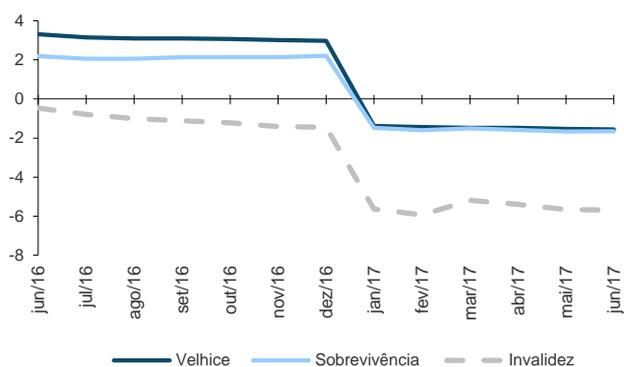
No crescimento da receita efetiva destaca-se o crescimento da receita com origem nas *Contribuições e quotizações* (5,8%). A redução da despesa com *Pensões* (1,9%) e a redução da despesa com o *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* (12,7%) terão marcado a redução da despesa efetiva, apesar do aumento em 7,3% da despesa com *Prestações e Acção Social*.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



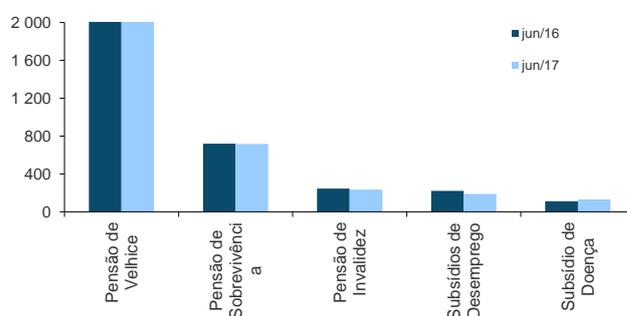
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016	2017		
	jan a jun			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	12 510	12 825	2,5	47,8
Contribuições e quotizações	7 025	7 431	5,8	48,3
Transferências correntes da Administração Central *	4 497	4 436	-1,4	49,8
Despesa Efetiva	11 281	11 177	-0,9	43,4
Pensões	7 218	7 079	-1,9	43,8
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	241	236	-2,1	49,5
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	795	694	-12,7	47,3
Prestações e ação social	1 993	2 139	7,3	48,2
Saldo Global	1 229	1 648	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fonte: DGO.

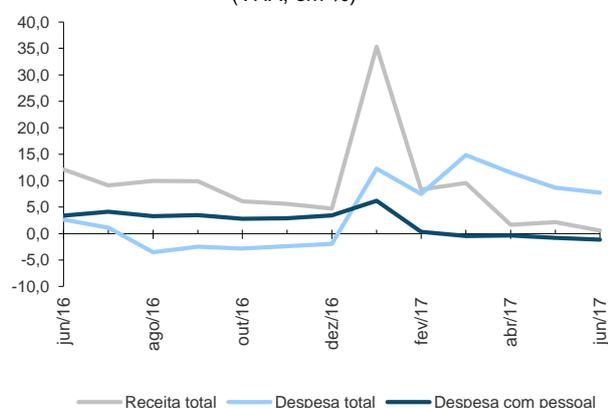
Administração Regional

A execução orçamental, no fim do mês de junho, do subsector da Administração Regional registou um saldo global negativo de 124 milhões de euros (um agravamento de 85 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior).

A receita efetiva cresceu 0,6% em termos homólogos baseada no crescimento das *Transferências Correntes* em 6,8% que compensou o decréscimo de 2,4% verificado nas *Receitas Fiscais*.

A despesa efetiva, por sua vez, aumentou 7,7% em termos homólogos, variação essencialmente explicada pelo aumento de 11,1% registado na despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços*.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



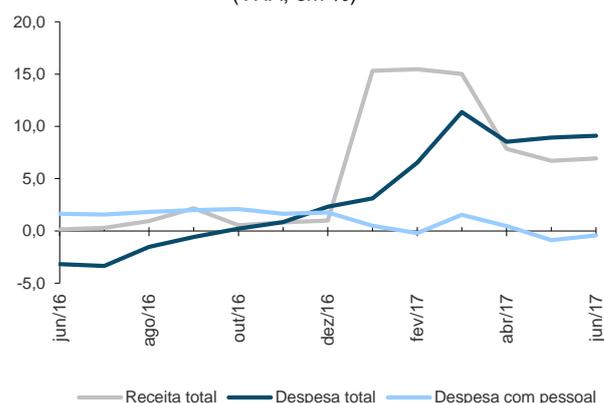
Fonte: DGO.

Administração Local

No final do mês de junho, a execução orçamental do subsector da Administração Local apresentou um saldo global positivo de 442 milhões de euros, ligeiramente inferior ao ao registado no período homólogo do ano anterior (473 milhões de euros).

Este resultado assenta no facto de a receita efetiva ter crescido 6,9%, um valor abaixo do crescimento concomitante da despesa efetiva (9,1%). A evolução da receita efetiva reflete o aumento de 10,1% registado nos *Impostos Locais* e o crescimento de 1% das receitas com origem em *Transferências Correntes*. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com o *Investimento* (47,8%). As despesas com *Transferências Correntes* e a despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* registaram crescimentos de 6,3% e 6%, respetivamente, enquanto as *Despesas com o Pessoal*, apresentaram uma redução ligeira (0,4%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a jun			jan a jun		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	1 150	1 156	0,6	3 447	3 686	6,9
Impostos	663	646	-2,4	1 261	1 388	10,1
Transferências correntes	227	243	6,8	1 275	1 288	1,0
Despesa Efetiva	1 188	1 280	7,7	2 973	3 244	9,1
Pessoal	521	515	-1,2	1 163	1 158	-0,4
Aquisição de bens e serviços	288	320	11,1	949	1 005	6,0
Transferências correntes	104	91	-12,3	285	303	6,3
Investimento	55	75	35,2	353	522	47,8
Saldo global	- 39	- 124	-	473	442	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) registou em maio uma redução de 241 milhões de euros (0,1%) face ao mês anterior, embora mantenha o crescimento de 6.213 milhões de euros face ao final de 2016 (2,6%). No final de maio a dívida fixou-se em 247.274 milhões de euros.

A estrutura da dívida do setor, manteve-se sem alterações dignas de registo, com a Administração Central a deter o maior peso e a ser a responsável pela principal variação. A Administração Regional e Local mantiveram a trajectória de redução do valor da sua dívida, quer em relação ao mês anterior, quer no que diz respeito a dezembro de 2016.

Os depósitos detidos pela Administração Central atingiram o montante de 19.206 milhões de euros (621 milhões a menos do que no mês anterior), contribuindo para que o stock líquido da dívida atingisse o valor de 228.068 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 abr	2017 mai
Administrações Públicas	241 061	247 515	247 274
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	243 675	251 363	251 281
Administração Regional e Local	10 545	10 536	10 454
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	14 384	14 463
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	17 180	19 827	19 206

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 mai	2017 jun
Administrações Públicas	1 812	2 188	2 183
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	313	512	519
Administração Regional	409	381	394
Administração Local	1 090	1 295	1 270
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas manteve-se praticamente inalterada em junho face ao seu valor no mês anterior. Relativamente a dezembro do ano anterior, no entanto, o valor da dívida representa um aumento de 370 milhões de euros (20,4%).

O subsector da Administração Local reduziu a sua dívida financeira em 25 milhões de euros, fazendo baixar o seu peso relativo na estrutura da dívida não financeira de cerca de 61% no mês anterior para 58,1%.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 mai	2017 jun
Administrações Públicas	851	1 007	1 070
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	17	20	20
SNS	6	4	4
Hospitais EPE	544	739	806
Empresas Públicas Reclássificadas	13	12	12
Administração Regional	120	103	102
Administração Local	150	128	125
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	1	1
Empresas públicas não reclassificadas	3	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	854	1 007	1 071

Fonte: DGO.

O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas atingiu em junho o montante de 1.070 milhões de euros, representando um aumento de 63 milhões de euros (6,3%) relativamente ao mês anterior. Comparando com o final do ano anterior, o aumento é de cerca de 220

milhões de euros (25,8%).

Os hospitais EPE foram os principais responsáveis pelo aumento dos pagamentos em atraso (67 milhões de euros), registando já um aumento de 262 milhões de euros (48,2%) face ao final de 2016. Consequentemente, os hospitais EPE aumentaram o seu peso relativo no total dos pagamentos em atraso (75,4%).

A Administração Regional e a Administração Local continuaram em junho a reduzir o valor dos seus pagamentos em atraso.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado atingiu no final de junho o montante de 244.644 milhões de euros, representando um aumento de 1.048 milhões de euros (0,4%) face ao mês anterior. A redução da dívida relacionada com o Programa de Assistência Económica e Financeira em 1.154 milhões de euros (0,4%), juntamente com a redução da dívida não transacionável em 380 milhões de euros, compensou o aumento de 2.581 milhões de euros na dívida transacionável.

Considerando estes movimentos na dívida direta do Estado, a dívida transacionável aumentou, ainda que ligeiramente, o seu peso relativo em relação ao total (59,7% do total), enquanto a importância relativa das obrigações do Tesouro (OT) na estrutura da dívida transacionável manteve-se praticamente inalterada (80,9%). A dívida associada ao PAEF, a segunda componente mais importante da dívida direta total, reduziu o seu peso para 26,4% (27% no mês anterior).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/mar/17	31-jun-2017			31-jun-2017
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	143 503	2 767	223	6	146 084
da qual: Bilhetes do Tesouro	15 564	1 567	0	0	16 864
da qual: Obrigações Tesouro	116 899	0	223	10	118 250
Não Transacionável	34 314	2 504	2 111	-	33 934
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	25 439	401	62	0	25 642
da qual: CEDIC e CEDIM	6 330	1 863	1 449	0	5 752
Prog. de Ajustamento Económico	65 780	0	0	-19	64 626
Total	243 597	5 271	2 334	-13	244 644

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

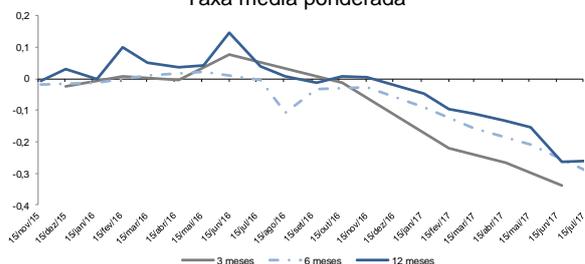
Em julho, o IGCP, E.P.E. realizou duas emissões de Bilhetes do Tesouro, com as seguintes características:

- No dia 19 colocou um montante de 500 milhões de euros (não houve colocação de qualquer montante na fase não competitiva), com maturidade em janeiro de 2018 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,292% (-0,210% na última colocação para o mesmo prazo);
- na mesma data, um montante de 1.273 milhões de euros (inclui fase competitiva), com maturidade em julho de 2018, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,259% (-0,210% na última colocação para o mesmo prazo).

Em julho foram ainda realizadas pelo IGCP, E.P.E. duas colocações de Obrigações do Tesouro com as seguintes características:

- no dia 12, um montante de 772 milhões de euros (incluindo fase não competitiva), com maturidade em abril de 2027 e uma taxa de colocação de 3,085% (2,851% na última colocação para um prazo equivalente);
- na mesma data, um montante de 359 milhões de euros (incluindo fase não competitiva), com maturidade em fevereiro de 2045 e uma taxa de 3,977%.

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



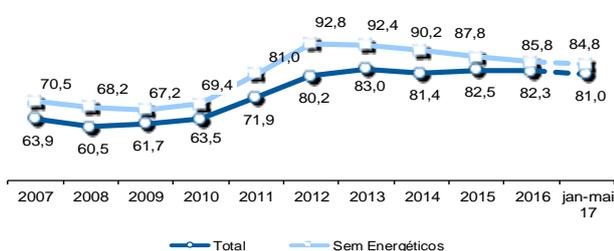
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros cinco meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 13,3%, em termos homólogos e as importações 16,3% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 31,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 10,5% e as importações 12,3% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	20.319	23.015	13,3	13,2	7,0
Importações (cif)	24.422	28.397	16,3	16,5	8,6
Saldo (fob-cif)	-4.103	-5.382	31,2	31,5	15,9
Cobertura (fob/cif)	83,2	81,0	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	19.252	21.281	10,5	10,9	6,4
Importações (cif)	22.341	25.095	12,3	13,8	8,2
Saldo (fob-cif)	-3.089	-3.814	23,5	30,9	19,7
Cobertura (fob/cif)	86,2	84,8	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	4.633	5.885	27,0	24,7	8,3
Importações (cif)	5.284	6.922	31,0	29,7	12,4
Saldo (fob-cif)	-651	-1.037	59,3	72,0	70,6
Cobertura (fob/cif)	87,7	85,0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2017, as exportações representaram 81,0% das importações, situação que reflete um decréscimo de 2,2 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 84,8% das importações (-1,4 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de janeiro a maio

Valores em milhões de Euros			
janeiro a maio	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	20 319	23 015	13,3
Importações (cif)	24 422	28 397	16,3
Saldo (fob-cif)	- 4 103	- 5 382	31,2
Cobertura (fob/cif)	83,2	81,0	-
Intra UE			
Exportações (fob)	15 685	17 130	9,2
Importações (cif)	19 138	21 475	12,2
Saldo (fob-cif)	- 3 452	- 4 345	25,9
Cobertura (fob/cif)	82,0	79,8	-
Extra UE			
Exportações (fob)	4 633	5 885	27,0
Importações (cif)	5 284	6 922	31,0
Saldo (fob-cif)	- 651	- 1 037	59,3
Cobertura (fob/cif)	87,7	85,0	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 25,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 9,2% e as importações a aumentarem 12,2%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 59,3% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 365	5 348	22,5	3 677	4 361	18,6
fev	4 714	5 177	9,8	4 026	4 368	8,5
mar	5 311	6 130	15,4	4 248	5 262	23,9
abr	4 874	5 430	11,4	4 145	4 150	0,1
mai	5 158	6 311	22,4	4 223	4 874	15,4
jun	5 393			4 469		
jul	5 065			4 484		
ago	4 656			3 486		
set	5 367			4 427		
out	5 238			4 363		
nov	5 497			4 685		
dez	5 495			4 082		
1º Trim	14 390	16 655	15,7	11 951	13 991	17,1
2º Trim	15 426			12 837		
3º Trim	15 088			12 396		
4º Trim	16 230			13 130		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº7/201").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de maio de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros cinco meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 13,3%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 10,5%.

Entre janeiro e maio de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (3,3 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,1 p.p.) e dos “Agroalimentares” (1,9 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,4%). Seguem-se os “Químicos” (13,0%).

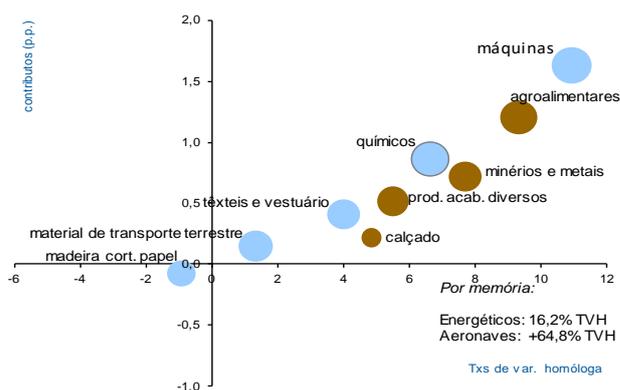
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em maio de 2017.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (7,0%). Merecem referência particular, as “Máquinas e aparelhos e suas partes” que contribuíram para este comportamento (1,6 p.p.), os “Agroalimentares” e os “Energéticos” (1,2 p.p. e 1,1 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Químicos”, “Minérios e metais” e “Produtos acabados diversos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (0,9 p.p., 0,7 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2017 (Total: 7p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		últimos 12 meses ^[1]		jan-mai	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2016	2017	2011	2016	2016	2017				
Total das Exportações	20 319	23 015	100,0	100,0	100,0	100,0	7,0	7,0	13,3	13,3
Agro-alimentares	2 437	2 823	11,5	13,1	12,0	12,3	9,3	12	15,8	1,9
Energéticos	1067	1734	7,2	6,2	5,3	7,5	16,2	1,1	62,5	3,3
Químicos	2 672	2 994	12,5	12,9	13,1	13,0	6,7	0,9	12,1	1,6
Madeira, cortiça e papel	1704	1750	8,4	8,0	8,4	7,6	-0,9	-0,1	2,7	0,2
Têxteis, vestuário e seus acessórios	2 141	2 225	9,8	10,2	10,5	9,7	4,0	0,4	4,0	0,4
Calçado, peles e couros	861	903	4,1	4,5	4,2	3,9	4,9	0,2	4,8	0,2
Minérios e metais	1918	2 221	11,2	9,2	9,4	9,6	7,7	0,7	15,8	1,5
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 117	3 554	14,7	15,4	15,3	15,4	11,0	1,6	14,0	2,1
Material de transp. terrestre e suas partes	2 333	2 516	12,4	10,4	11,5	10,9	1,3	0,1	7,8	0,9
Aeronaves, embarcações e suas partes	108	140	0,5	0,8	0,5	0,6	64,8	0,4	30,3	0,2
Produtos acabados diversos	1961	2 154	7,8	9,3	9,7	9,4	5,5	0,5	9,9	1,0
Por memória:										
Total sem energéticos	19 252	21281	92,8	93,8	94,7	92,5	6,4	6,0	10,5	10,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2017.

[2] $(\text{jun } 16\text{-mai } 17) / (\text{jun } 15\text{-mai } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

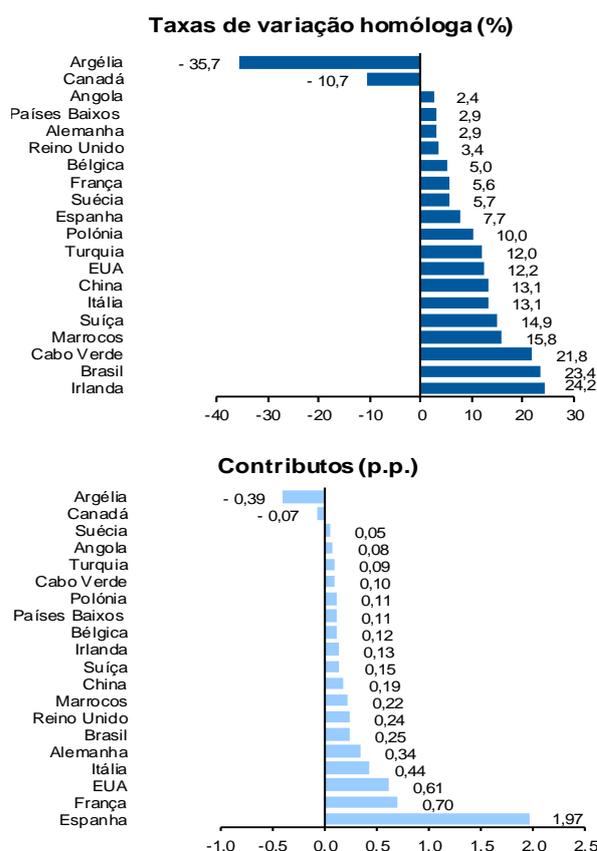
Nos primeiros cinco meses de 2017, as exportações para a UE cresceram 9,2%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram 9,0%, com destino aos Países do Alargamento 13,4% e para países terceiros 27,0% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha registaram o maior contributo (+2,6 p.p.) para o crescimento das exportações Intra UE-15, seguidas das exportações para França e Países Baixos (1,1 p.p. e 0,7 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em maio de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram 6,6% e para os países da UE-15 6,2%, em termos homólogos. As exportações para Espanha (2,0 p.p.) e a França (0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para o Brasil (23,4%), Cabo Verde (21,8%) e Marrocos (+15,8%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Argélia (35,7%) e Canadá (10,7%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	Valores em milhões de Euros									
TOTAL	20 319	23 015	100,0	100,0	100,0	100,0	7,0	7,0	13,3	13,3
Intra UE	15 685	17 130	74,5	75,2	77,2	74,4	6,6	4,9	9,2	7,1
UE-15	14 911	16 252	71,3	71,3	73,4	70,6	6,2	4,4	9,0	6,6
Espanha	5 423	5 943	24,9	26,2	26,7	25,8	7,7	2,0	9,6	2,6
França	2 678	2 899	12,2	12,6	13,2	12,6	5,6	0,7	8,3	1,1
Alemanha	2 466	2 593	13,5	11,6	12,1	11,3	2,9	0,3	5,1	0,6
Reino Unido	1 477	1 523	5,2	7,0	7,3	6,6	3,4	0,2	3,1	0,2
Países Baixos	771	908	3,9	3,7	3,8	3,9	2,9	0,1	17,8	0,7
Itália	710	834	3,7	3,4	3,5	3,6	13,1	0,4	17,4	0,6
Bélgica	527	562	3,2	2,4	2,6	2,4	5,0	0,1	6,7	0,2
Suécia	208	203	1,0	1,0	1,0	0,9	5,7	0,1	-2,3	0,0
Irlanda	141	146	0,3	0,7	0,7	0,6	24,2	0,1	3,7	0,0
Alargamento	774	878	3,2	3,9	3,8	3,8	14,1	0,5	13,4	0,5
Polónia	239	268	0,9	1,1	1,2	1,2	10,0	0,1	12,0	0,1
Extra UE	4 633	5 885	25,5	24,8	22,8	25,6	8,3	2,1	27,0	6,2
dos quais:										
EUA	916	1 220	3,5	4,9	4,5	5,3	12,2	0,6	33,3	1,5
Angola	495	728	5,4	3,0	2,4	3,2	2,4	0,1	47,3	1,2
Marrocos	265	356	0,9	1,4	1,3	1,5	15,8	0,2	34,3	0,4
China	215	354	0,9	1,3	1,1	1,5	13,1	0,2	64,5	0,7
Brasil	186	287	1,4	1,1	0,9	1,2	23,4	0,2	54,6	0,5
Suíça	221	250	0,9	1,1	1,1	1,1	14,9	0,1	12,9	0,1
Argélia	224	108	0,8	0,9	1,1	0,5	-35,7	-0,4	-51,7	-0,6
Turquia	156	165	0,7	0,8	0,8	0,7	12,0	0,1	5,7	0,0
Canadá	127	123	0,5	0,6	0,6	0,5	-10,7	-0,1	-3,7	0,0
Cabo Verde	97	111	0,6	0,5	0,5	0,5	21,8	0,1	13,8	0,1
Por memória:										
OPEP ^[4]	904	1 066	7,5	5,0	4,5	4,6	-4,0	-0,2	17,9	0,8
PALOP	747	975	6,8	4,2	3,7	4,2	-0,7	0,0	30,4	1,1
EFTA	294	335	1,1	1,4	1,4	1,5	9,5	0,1	14,0	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2017.

[2] (jun 16-mai 17)/(jun 15-mai 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a maio de 2017, as importações de mercadorias cresceram 16,3%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

Merecem destaque particular, pela expressão que assume sobre o crescimento global das importações, o contributo associado à importação de certos grupos de produtos. É o caso das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo 5,0 p.p., das “Máquinas, aparelhos e suas partes” (3,1 p.p.), dos “Agroalimentares” (1,9 p.p.), dos “Minérios e metais” (1,9 p.p.), dos “Químicos” (1,6 p.p.) e do “Material de transp. terrestre e suas partes” (1,5 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas representando 75,6% das importações totais.

Nos primeiros cinco meses de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 12,2%, em termos homólogos. As provenientes dos países da UE-15 cresceram 11,8%, em termos homólogos e as provenientes dos países do Alargamento 20,0%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 31,0%, em termos homólogos. Neste segmento, a China destaca-se como principal mercado de origem das importações de mercadorias (2,8% do total), seguida pela Rússia (2,6%) e os EUA (1,7%).

Quadro 3.7. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	24 422	28 397	100,0	100,0	100,0	100,0	8,6	8,6	16,3	16,3
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	3 823	4 285	15,0	15,8	15,7	15,1	7,7	1,2	12,1	1,9
Energéticos	2 081	3 302	17,5	10,1	8,5	11,6	12,0	1,3	58,6	5,0
Químicos	4 304	4 690	15,9	16,8	17,6	16,5	3,2	0,5	9,0	1,6
Madeira, cortiça e papel	868	902	3,5	3,4	3,6	3,2	3,0	0,1	3,9	0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	1607	1688	5,9	6,5	6,6	5,9	3,0	0,2	5,0	0,3
Calçado, peles e couros	677	668	2,0	2,6	2,8	2,4	0,7	0,0	-13	0,0
Minérios e metais	1997	2 451	8,8	8,0	8,2	8,6	8,8	0,7	22,7	1,9
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 921	4 667	15,4	16,8	16,1	16,4	13,8	2,2	19,0	3,1
Material de transp. terrestre e suas partes	3 281	3 652	10,1	12,5	13,4	12,9	10,6	1,3	113	1,5
Aeronaves, embarcações e suas partes	360	428	0,4	1,3	1,5	1,5	51,4	0,5	18,7	0,3
Produtos acabados diversos	1502	1667	5,3	6,2	6,2	5,9	7,9	0,5	110	0,7
Total sem energéticos	22 341	25 095	82,5	89,9	91,5	88,4	8,2	7,3	12,3	11,3
Mercados de origem										
Intra UE	19 138	21 475	78,6	74,8	78,4	75,6	7,5	5,8	12,2	9,6
dos quais:										
UE-15	18 259	20 421	76,2	71,8	74,8	71,9	7,1	5,3	11,8	8,9
Espanha	7 964	8 901	32,8	32,5	32,6	31,3	5,1	1,7	118	3,8
Alemanha	3 363	3 906	13,2	12,3	13,8	13,8	12,1	1,6	16,1	2,2
França	1 977	2 138	8,3	7,1	8,1	7,5	7,4	0,6	8,1	0,7
Itália	1 358	1 531	5,8	5,2	5,6	5,4	7,4	0,4	12,8	0,7
Países Baixos	1 250	1 469	5,3	5,2	5,1	5,2	8,9	0,5	17,6	0,9
Reino Unido	770	785	3,3	3,1	3,2	2,8	3,8	0,1	2,0	0,1
Bélgica	691	775	2,9	2,7	2,8	2,7	8,0	0,2	12,2	0,3
Polónia	305	369	0,6	0,9	1,3	1,3	22,2	0,2	20,7	0,3
Suécia	297	301	1,0	1,1	1,2	1,1	5,4	0,1	1,5	0,0
Alargamento	879	1 055	2,4	3,0	3,6	3,7	14,6	0,5	20,0	0,7
Extra UE	5 284	6 922	21,4	25,2	21,6	24,4	12,4	2,8	31,0	6,7
dos quais:										
China	737	805	2,2	2,7	3,0	2,8	4,2	0,1	9,3	0,3
Rússia	278	732	1,0	1,2	1,1	2,6	149,6	1,6	163,2	1,9
Brasil	492	456	1,7	1,5	2,0	1,6	-3,3	-0,1	-7,1	-0,1
EUA	348	470	1,7	1,6	1,4	1,7	14,0	0,2	35,2	0,5
Angola	252	112	0,3	2,7	1,0	0,4	-26,8	-0,4	-55,4	-0,6
Turquia	219	308	0,6	0,7	0,9	1,1	25,6	0,2	40,7	0,4
Índia	204	265	0,5	0,8	0,8	0,9	25,4	0,2	30,1	0,3
Arábia Saudita	143	288	0,8	1,3	0,6	1,0	6,0	0,1	10,6	0,6
Azerbaijão	230	263	0,0	0,8	0,9	0,9	-6,4	-0,1	14,0	0,1
Argélia	205	117	0,5	1,2	0,8	0,4	-52,6	-0,5	-43,0	-0,4
Coreia do Sul	148	172	0,5	0,5	0,6	0,6	-3,3	0,0	16,3	0,1
Cazaquistão	137	185	0,3	1,4	0,6	0,7	-6,5	0,0	34,7	0,2
Japão	137	151	0,6	0,4	0,6	0,5	4,5	0,0	10,4	0,1
OPEP ^[4]	746	800	5,8	6,8	3,1	2,8	-15,6	-0,7	7,2	0,2
EFTA	164	158	1,8	0,6	0,7	0,6	-1,9	0,0	-3,7	0,0
PALOP	270	123	0,4	2,8	1,1	0,4	-26,6	-0,4	-54,5	-0,6

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2017.

[2] (jun 16-mai 17)/(jun 15-mai 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

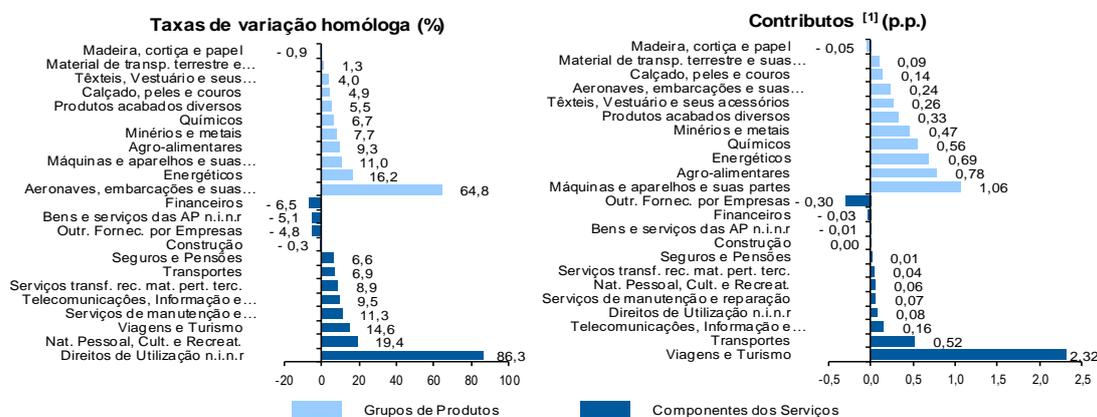
De acordo com os dados divulgados da Balança de Pagamentos para o mês de maio de 2017, nos primeiros cinco meses de 2017, as exportações de Bens e Serviços cresceram 13,4%, em termos homólogos. A componente dos Bens teve um contributo positivo (9,2 p.p.) para o crescimento das exportações totais.

Nos primeiros cinco meses de 2017, a componente dos Serviços representou 31,9% do total das exportações tendo registado um contributo positivo (4,3 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das importações, o peso desta componente foi de 17,7% no total, tendo registado um contributo de 2,4 p.p. para o crescimento das importações totais (15,7%) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em maio de 2017, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destaca-se o contributo positivo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,06 p.p.) e dos “Agroalimentares” (0,78 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (2,32 p.p.) e Transportes (0,52 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em maio de 2017



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (7,5%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-mai		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-mai		média anual	12 meses [1]		jan-mai	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017		VH [2]	contrib. p.p. [2]	VH	contrib. p.p. [2]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	29 403	33 353	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	7,5	7,5	13,4	13,4
Bens	20 021	22 713	68,7	65,3	68,1	68,1	3,2	7,0	4,6	13,4	9,2
Serviços	9 382	10 640	31,3	34,7	31,9	31,9	6,4	8,5	2,9	13,4	4,3
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	166	165	0,5	0,5	0,5	0,5	3,5	8,9	0,0	5,7	0,0
Serv. de manutenção e reparação	165	214	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	11,3	0,1	30,0	0,2
Transportes	2 162	2 561	8,1	7,7	7,4	7,7	2,2	6,9	0,5	16,4	1,4
Viagens e Turismo	3 986	4 799	13,2	16,7	13,6	14,4	9,3	14,6	2,3	20,4	2,8
Construção	203	206	0,9	0,7	0,7	0,6	-1,0	-0,3	0,0	-1,3	0,0
Seguros e Pensões	47	56	0,2	0,2	0,2	0,2	3,4	6,6	0,0	17,8	0,0
Financiários	146	127	0,5	0,4	0,5	0,4	1,7	-6,5	0,0	-12,8	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r.	29	65	0,1	0,1	0,1	0,2	14,2	86,3	0,1	125,2	0,1
Telecom., Informação e Informática	510	551	1,3	1,7	1,7	1,7	9,4	9,5	0,2	8,0	0,1
Outr. Forneç. por Empresas	1844	1720	5,2	5,9	6,3	5,2	7,1	-4,8	-0,3	-6,7	-0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	79	111	0,4	0,3	0,3	0,3	-1,5	19,4	0,1	39,4	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	56	66	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,6	-5,1	0,0	16,5	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	28 507	32 987	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	8,1	8,1	15,7	15,7
Bens	23 351	27 150	83,4	81,7	81,9	82,3	0,6	8,0	6,5	16,3	13,3
Serviços	5 156	5 837	16,6	18,3	18,1	17,7	3,1	8,4	1,5	13,2	2,4
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	11	4	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,2	-27,9	0,0	-63,3	0,0
Serv. de manutenção e reparação	130	167	0,3	0,4	0,5	0,5	7,4	8,9	0,0	28,6	0,1
Transportes	1 172	1 425	4,7	4,2	4,1	4,3	-0,9	7,7	0,3	21,6	0,9
Viagens e Turismo	1 523	1 730	4,4	5,4	5,3	5,2	5,3	10,2	0,5	13,6	0,7
Construção	56	34	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	-25,0	0,0	-39,9	-0,1
Seguros e Pensões	143	160	0,4	0,5	0,5	0,5	4,9	7,7	0,0	11,7	0,1
Financiários	201	176	0,6	0,6	0,7	0,5	-7,2	-17,3	-0,1	-12,2	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r.	280	299	0,6	1,0	0,9	1,1	11,5	13,3	0,2	6,7	0,1
Telecom., Informação e Informática	422	446	1,2	1,5	1,5	1,4	5,7	9,3	0,1	5,6	0,1
Outr. Forneç. por Empresas	1 069	1 281	3,0	3,8	3,8	3,9	6,1	11,7	0,4	19,8	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	101	87	0,6	0,4	0,4	0,3	-9,6	4,3	0,0	-14,3	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	48	30	0,1	0,2	0,2	0,1	12,7	2,2	0,0	-38,4	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até maio de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Mede a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Comércio internacional da pesca, conservas e outros produtos do mar (2012 a 2016)

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota Introdutória

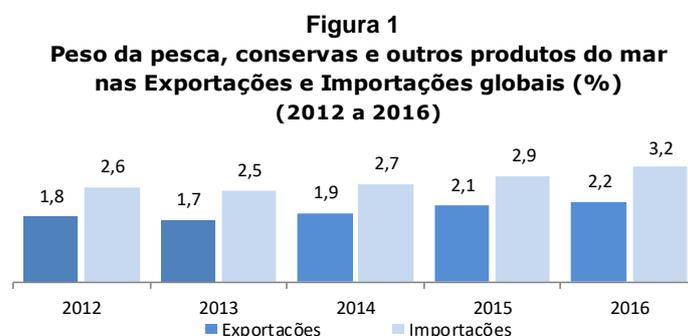
Portugal é detentor de uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) do mundo, abrangendo atualmente mais de 1,7 milhões de Km². Contudo, a balança comercial da pesca, conservas e outros produtos do mar é deficitária.

Portugal apresentou às Nações Unidas, em Maio de 2009, uma proposta de extensão da sua plataforma continental das 200 para as 350 milhas, aguardando-se que a pretensão seja analisada naquela Organização, o que, a ser aceite, alargará a ZEE para mais de 3 milhões de Km².

No presente trabalho pretende-se analisar a evolução das trocas comerciais portuguesas com o exterior, a partir de dados de base divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para os anos de 2012 a 2016, designadamente dos agregados “Peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos”, “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”, “Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos”, “Produtos da pesca impróprios para a alimentação humana”, “Sal, águas-mãe de salinas e algas”, e “Extratos e sucos de carnes de peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos”.

2. Peso do sector no comércio internacional global

As exportações portuguesas da pesca, conservas e outros produtos do mar, atingiram em 2016 o maior peso no contexto das exportações globais ao longo dos últimos cinco anos (2,2%). Por sua vez as importações, com um valor 1,7 vezes superior, representaram também neste último ano a quota mais elevada no mesmo período (3,2%).



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística com última actualização em 11-Jul 2016 - (<http://www.ine.pt>).

3. Balança Comercial

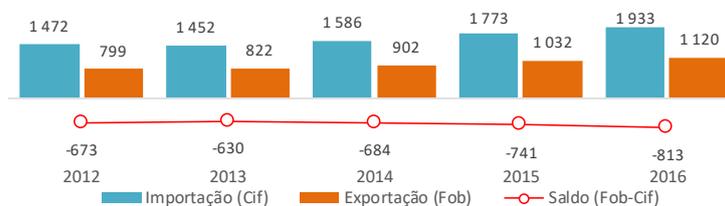
De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em versão definitiva para os anos de 2012 a 2015 e preliminar para 2016, com última actualização em 10-05-2017, a balança comercial do conjunto da pesca, conservas e outros produtos do mar, foi deficitária ao longo dos últimos cinco anos, com um grau de cobertura das importações pelas exportações inferior a 60%.

Entre os agregados de produtos considerados, destacam-se nas duas vertentes comerciais, o “Peixe”, os “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos” e as “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões expressas podem não coincidir com a posição do ME.

Figura 2
Balança comercial da pesca, conservas e outros produtos do mar ^[1]
 (milhões de Euros)

	2012	2013	2014	2015	2016
Importação (Cif)	1 472	1 452	1 586	1 773	1 933
t.v.h.	-	-1,4	9,2	11,8	9,0
Exportação (Fob)	799	822	902	1 032	1 120
t.v.h.	-	2,9	9,7	14,4	8,5
Saldo (Fob-Cif)	-673	-630	-684	-741	-813
t.v.h.	-	-6,4	8,6	8,4	9,8
Cobertura (Fob/Cif) (%)	54,3	56,6	56,9	58,2	57,9



[1] Não inclui transações, em princípio pouco significativas, consideradas confidenciais por parte de alguns operadores.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 preliminares, com última actualização em 10-05-2017 (<http://www.ine.pt>).

Figura 3
Peso relativo dos agregados de produtos (%)

		2012	2013	2014	2015	2016
Importação	Peixe	67,2	65,8	62,4	65,1	63,3
	Crustác./ moluscos	23,0	21,7	25,4	25,1	25,6
	Conservas	7,9	10,7	10,0	8,2	9,1
	Outros [1]	1,9	1,7	2,2	1,7	2,1
Exportação	Peixe	48,5	49,1	47,9	47,0	47,9
	Crustác./ moluscos	24,9	22,1	27,0	31,1	30,5
	Conservas	23,3	26,6	23,0	19,7	19,6
	Outros [1]	3,3	2,3	2,1	2,1	2,1

[1] Inclui Gorduras e óleos, Prod. Impróprios para alimentação, Sal, águas-mãe e algas, e Extratos e sucos

Os agregados em que a Balança foi favorável a Portugal foram “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”, ao longo dos cinco anos, “Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos”, de 2012 a 2014, e “Produtos da pesca impróprios para a alimentação humana”, apenas em 2012.

Figura 4
Balança comercial das componentes da pesca,
conservas e outros produtos do mar
(milhões de Euros)

	2012	2013	2014	2015	2016
Peixe					
Importação (Cif)	989	955	990	1 154	1 224
Exportação (Fob)	387	403	432	485	536
Saldo (Fob-Cif)	-602	-552	-558	-668	-688
Cobertura (Fob/Cif) (%)	39,1	42,2	43,7	42,1	43,8
Crustáceos, moluscos e outros invert. Aquáticos					
Importação (Cif)	338	315	403	444	495
Exportação (Fob)	199	181	243	321	341
Saldo (Fob-Cif)	-139	-134	-159	-123	-154
Cobertura (Fob/Cif) (%)	58,8	57,5	60,4	72,3	68,9
Conservas de peixe, crustáceos e moluscos					
Importação (Cif)	116	156	159	145	175
Exportação (Fob)	186	219	207	204	219
Saldo (Fob-Cif)	70	63	48	59	44
Cobertura (Fob/Cif) (%)	160,7	140,1	130,4	140,3	125,0
Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos					
Importação (Cif)	2,1	2,3	5,8	4,3	8,8
Exportação (Fob)	4,0	4,3	6,6	6,5	4,4
Saldo (Fob-Cif)	1,9	2,0	0,8	2,1	-4,4
Cobertura (Fob/Cif) (%)	191,4	186,5	113,9	148,9	49,8
Produtos da pesca impróprios para a alimentação humana					
Importação (Cif)	13,0	10,0	10,7	8,9	9,9
Exportação (Fob)	13,1	5,1	4,5	6,6	9,0
Saldo (Fob-Cif)	0,1	-4,9	-6,2	-2,3	-0,9
Cobertura (Fob/Cif) (%)	100,9	51,1	42,3	73,9	91,1
Sal, águas-mãe de salinas e algas					
Importação (Cif)	13,1	12,4	17,2	16,1	20,2
Exportação (Fob)	9,4	9,2	8,0	8,7	10,2
Saldo (Fob-Cif)	-3,7	-3,2	-9,2	-7,4	-10,0
Cobertura (Fob/Cif) (%)	71,8	74,5	46,5	54,0	50,7
Extractos e sucos [1]					
Importação (Cif)	0,36	0,50	0,55	0,75	0,76
Exportação (Fob)	0,03	0,01	0,00	0,01	0,03
Saldo (Fob-Cif)	-0,33	-0,49	-0,54	-0,74	-0,74
Cobertura (Fob/Cif) (%)	7,2	1,2	0,9	1,6	3,5

[1] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015
2016 preliminares, com última actualização em 10-05-2017 (<http://www.ine.pt>).

4. Importações

Nas importações de “Peixe” assumem particular relevância as de “Peixe seco, salgado, em salmoura ou fumado”, ou seja, de bacalhau, que em 2016 ultrapassaram os 350 milhões de euros, ou seja, um pouco menos de metade das importações de todo o peixe fresco, refrigerado e congelado, excluindo filetes.

Após uma ligeira quebra em 2013, as importações do conjunto da pesca, conservas e outros produtos do mar atingiram 131,4% em 2016 face a 2012 (2012=100).

Figura 5
Importações da pesca, conservas e outros produtos do mar ^[1]
 - 2012 a 2016 -
 (milhões de Euros)

NC	Produtos	2012	2013	2014	2015	2016
	Total	1 471,5	1 451,6	1 585,5	1 773,0	1 933,5
	Peixe	989,0	955,2	989,5	1 153,6	1 223,6
0301	Peixes vivos	14,8	14,0	10,1	8,5	13,5
0302	Peixe fresco ou refrigerado excl. filetes	227,9	236,0	261,0	302,1	310,9
0303	Peixe congelado excl. filetes e conservas	343,4	334,1	342,3	415,5	430,5
0304	Filetes e outra carne de peixe	89,2	88,7	99,5	111,9	114,1
0305	Peixe seco, salgado, salmoura ou fumado	313,7	282,4	276,6	315,5	354,5
	Crustáceos moluscos e outros invert. aquáticos	338,2	315,2	402,8	444,3	494,7
0306	Crustáceos, excl. conservas	157,6	156,7	216,2	222,5	244,9
0307	Moluscos, excl. conservas	180,2	158,3	186,3	221,4	249,5
0308	Outros invert. Aquáticos	0,4	0,2	0,3	0,3	0,4
	Conservas de peixe, crustáceos e moluscos	115,7	156,0	159,0	145,1	175,4
1604	Peixe; caviar e semelh. a partir de ovas	101,8	143,2	141,2	118,3	135,6
1605	Crustáceos, moluscos e outr. invert. aquát.	13,9	12,7	17,8	26,8	39,7
1504	Gorduras e óleos de peixe e mamif. marinhos	2,1	2,3	5,8	4,3	8,8
	Prod. pesca impróprios p/alimentação humana	13,0	10,0	10,7	8,9	9,9
[2]	Farinhas, pós e "pellets"	4,8	5,6	4,4	3,2	4,3
[3]	Produtos denominados "solúveis"	8,2	4,4	6,3	5,7	5,6
[4]	Sal, águas-mãe de salinas e algas	13,1	12,4	17,2	16,1	20,2
1603	Extractos e sucos de carnes [5]	0,4	0,5	0,5	0,7	0,8

[1] Não inclui transacções, em princípio pouco significativas, consideradas confidenciais por alguns operadores.

[2] 23012000 [3] 23099010 [4] NC 121221+121229+2501.

[5] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 preliminares, com última actualização em 10-05-2017 (<http://www.ine.pt>).

De acordo com os dados disponíveis, o principal fornecedor de bacalhau em 2016, em todos os estados, com predominância do bacalhau seco ou salgado, foi a Suécia (193,5 milhões de euros e 35,6 mil toneladas), 40,7% do total. As importações provenientes da Noruega ter-se-ão resumido a 753 toneladas, correspondentes apenas a bacalhau congelado, num valor de 2,1 milhões de euros.

Sabe-se que a maior parte do bacalhau consumido em Portugal, tem a sua origem na Noruega, país extracomunitário limítrofe da Suécia. Tudo indica que a prevalência da Suécia entre os principais fornecedores de Portugal contabilizados pelo INE reside no facto de ser este um país de "introdução em livre prática" na União Europeia do bacalhau destinado a Portugal, após serem pagos os direitos aduaneiros a que houver lugar e cumpridas as condições de importação.

Aliás, consultada a base de dados do Eurostat, verifica-se que em 2016 a Suécia terá importado da Noruega 40 mil toneladas de bacalhau seco e salgado, tendo exportado para Portugal mais de 33 mil toneladas.

Figura 6
**Principais mercados de origem da pesca,
 conservas e outros produtos do mar (%)**
 - 2012 a 2016 -

	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Intra UE-28	71,5	72,0	74,8	76,5	77,7
Extra UE-28	28,5	28,0	25,3	23,5	22,3
Espanha	41,9	41,9	41,2	39,4	38,5
Suécia	13,3	12,2	14,2	13,2	11,7
Países Baixos	8,5	8,2	8,8	9,8	9,8
China	4,1	4,0	3,5	4,0	3,9
Dinamarca	1,7	3,1	2,0	2,8	3,1
Índia	2,2	2,0	2,7	2,3	2,4
Grécia	2,0	2,0	1,8	2,0	2,2
Vietname	2,1	2,3	2,1	2,2	2,2
Marrocos	1,3	2,5	1,2	2,5	1,9
França	1,7	2,1	1,9	1,7	1,8
Rússia	2,4	1,4	1,1	1,4	1,7
Alemanha	1,9	1,5	1,6	1,4	1,7
África do Sul	1,4	1,5	1,4	1,5	1,5
Namíbia	0,8	1,0	1,1	1,4	1,3
Moçambique	0,5	0,7	1,0	1,1	1,3
Reino Unido	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1
Estados Unidos	2,7	1,1	0,8	1,4	1,0
Indonésia	0,4	1,3	0,9	0,8	1,0
Senegal	0,5	0,9	1,2	0,9	1,0
Equador	0,3	0,7	0,7	0,5	0,7
Tanzânia	0,7	0,5	0,6	0,8	0,7
Argentina	0,4	0,5	0,7	0,6	0,7
Chile	0,4	0,5	0,3	0,4	0,7
Itália	0,7	0,6	0,6	0,7	0,6
Nova Zelândia	0,4	0,4	0,5	0,4	0,6
Maurícias	0,2	0,2	0,1	0,3	0,6
% do Total >>>	93,7	94,2	92,9	94,5	93,5

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2016 preliminares, com última actualização em 10-05-2017

O próprio “Conselho Norueguês da Pesca” (Norwegian Seafood Council-NSC) aponta para cerca de 44 mil toneladas a quantidade de bacalhau salgado seco e verde exportado para Portugal em 2016.

Em termos globais, os principais fornecedores de pescado e outros produtos do mar a Portugal são a Espanha, a Suécia, os Países Baixos e a China.

5. Exportações

As maiores exportações incidem no “Peixe”, seguidas das de “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos”, excluindo as conservas, e das “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”.

As exportações de pescado e outros produtos do mar cresceram sustentadamente ao longo dos últimos cinco anos, atingindo 140,3% em 2016 face ao valor de 2012 (2012=100).

O principal mercado de destino destas exportações é a Espanha, com 56,9% do total em 2016, seguida da Itália (11,4%), França (8,7%), Brasil (5,1%), Reino Unido (3,7%), Angola (2,7%) e EUA (2,3%).

Figura 7
Exportações da pesca, conservas e outros produtos do mar ^[1]
- 2012 a 2016 -
(milhões de Euros)

NC	Produtos	2012	2013	2014	2015	2016
	Total	798,6	821,9	901,9	1 031,9	1 120,0
	Peixe	387,0	403,4	432,0	485,3	536,0
0301	Peixes vivos	7,0	4,6	2,6	3,1	3,3
0302	Peixe fresco ou refrigerado excl. filetes	129,2	110,4	117,9	131,0	140,0
0303	Peixe congelado excl. filetes e conservas	115,9	148,3	174,7	208,5	235,9
0304	Filetes e outra carne de peixe	63,0	69,2	72,2	81,4	95,1
0305	Peixe seco, salgado, salmoura ou fumado	72,0	70,8	64,4	61,4	61,7
	Crustáceos moluscos e outros invert. aquáticos	199,0	181,4	243,5	321,2	341,1
0306	Crustáceos, excl. conservas	68,9	56,2	77,2	119,4	110,5
0307	Moluscos, excl. conservas	130,0	125,1	166,1	200,5	227,0
0308	Outros invert. Aquáticos	0,1	0,1	0,2	1,3	3,6
	Conservas de peixe, crustáceos e moluscos	185,9	218,5	207,4	203,7	219,3
1604	Peixe; caviar e semelh. a partir de ovas	178,3	206,6	193,0	185,0	203,6
1605	Crustáceos, moluscos e outr. invert. aquát.	7,6	11,9	14,4	18,7	15,6
1504	Gorduras e óleos de peixe e mamíf. marinhos	4,0	4,3	6,6	6,5	4,4
	Prod. pesca impróprios p/alimentação humana	13,1	5,1	4,5	6,6	9,0
[2]	Farinhas, pós e "pellets"	1,7	4,0	4,4	6,1	8,0
[3]	Produtos denominados "solúveis"	11,4	1,1	0,1	0,4	1,0
[4]	Sal, águas-mãe de salinas e algas	9,4	9,2	8,0	8,7	10,2
1603	Extractos e sucos de carnes [5]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

[1] Não inclui transações, em princípio pouco significativas, consideradas confidenciais por alguns operadores.

[2] 23012000 [3] 23099010 [4] NC 121221+121229+2501.

[5] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 preliminares, com última actualização em 10-05-2017 (<http://www.ine.pt>).

Figura 8
Principais mercados de destino da pesca,
conservas e outros produtos do mar (%)
- 2012 a 2016 -

	2012	2013	2014	2015	2016
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Intra UE-28	71,0	70,3	70,8	72,8	75,2
Extra UE-28	29,0	29,7	29,2	27,3	24,8
Espanha	51,2	48,2	52,1	55,2	56,9
Itália	7,5	8,9	8,8	9,2	11,4
França	11,1	10,2	10,0	9,2	8,7
Brasil	8,6	8,4	8,0	5,5	5,1
Reino Unido	4,4	4,0	4,0	4,3	3,7
Angola	4,5	6,4	4,6	3,0	2,7
Estados Unidos	2,3	2,5	2,7	3,0	2,3
Suíça	0,9	1,1	1,2	1,1	1,2
Canadá	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8
Alemanha	0,7	0,8	0,7	0,6	0,8
Bélgica	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Luxemburgo	0,4	0,6	0,6	0,5	0,5
Japão	0,5	0,5	0,6	0,3	0,4
Hong-Kong	0,1	0,2	0,4	1,2	0,4
Grécia	0,6	0,3	0,2	0,2	0,4
Moçambique	0,6	1,0	0,7	0,5	0,3
Países Baixos	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3
Polónia	0,1	0,2	0,3	0,7	0,3
% do Total >>>	95,5	95,2	96,7	96,6	97,0

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2016 preliminares, com última actualização em 10-05-2017

6. Balança Comercial excluindo o bacalhau

Excluindo o bacalhau, a balança comercial portuguesa de pescado e outros produtos do mar é ainda deficitária, não ultrapassando o grau de cobertura das importações pelas exportações os 70%.

Figura 9
Balança comercial do total da pesca, conservas
e outros produtos do mar ^[1], com exclusão do bacalhau
(milhões de Euros)

	2012	2013	2014	2015	2016
Importação (Cif)	1 050	1 075	1 206	1 313	1 458
Exportação (Fob)	682	704	784	916	1 007
Saldo (Fob-Cif)	-368	-371	-423	-397	-451
Cobertura (Fob/Cif) (%)	65,0	65,5	65,0	69,7	69,1

[1] Não inclui transacções, em princípio pouco significativas, consideradas confidenciais por parte de alguns operadores.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 preliminares, com última actualização em 10-05-2017 (<http://www.ine.pt>)..

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN 11 de julho de 2017</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 11 de julho de 2017 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de trabalhos da Presidência Estónia: O Conselho discutiu as prioridades da presidência estónia, no que respeita aos assuntos económicos e financeiros. A presidência, que decorrerá entre julho e dezembro de 2017, orientou o seu programa de trabalhos para a promoção de uma economia aberta e inovadora na UE, tendo como principais objetivos: (i) estimular o crescimento económico, mediante a remoção de barreiras ao mesmo e do restabelecimento dos níveis de investimento; (ii) assegurar um enquadramento fiscal competitivo e capaz de prevenir as fraudes fiscais; (iii) garantir que o orçamento comunitário contribui efetivamente para as prioridades da UE. ▪ Plano de Ação para combater os créditos não produtivos na Europa: Os Ministros discutiram e aprovaram conclusões do Conselho estabelecendo um plano para combater os créditos não produtivos (<i>non performing loans</i> - NPL, na sigla inglesa). O plano prevê ações em quatro domínios: i) supervisão, ii) reformas estruturais dos quadros de insolvência e recuperação de dívidas, iii) desenvolvimento de mercados secundários para NPL, e iv) promoção da reestruturação do sistema bancário. ▪ Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais (UMC): Os Ministros aprovaram conclusões do Conselho relativas à Comunicação da Comissão sobre a revisão intercalar do Plano de Ação para a UMC. As conclusões apoiam de forma geral a revisão do Plano de Ação para a UMC. <p>Concluindo o processo relativo ao Semestre Europeu de 2017, o Conselho adotou ainda formalmente as recomendações específicas por país.</p> <p>No domínio dos serviços financeiros, destaca-se ainda a adoção pelo COREPER, no dia 28 de junho, dos compromissos alcançados previamente com o Parlamento Europeu quanto:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (UE) n.º 345/2013 relativo aos fundos europeus de capital de risco e o Regulamento (UE) n.º 346/2013 relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social; ▪ a duas propostas de Regulamentos destinados a facilitar o desenvolvimento de um mercado de titularização na Europa: um que estabelece regras relativas à titularização e critérios para definir uma titularização simples, transparente e normalizada (STS, na sigla inglesa) e outro que altera o Regulamento 575/2013 relativo aos requisitos de fundos próprios dos bancos.
<p>Quadro de proteção dos consumidores - Contratos de crédito Conselho de Ministros de 6 de julho</p>	<p>Aprovou o Decreto-lei que regula o acesso e o exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito a celebrar com consumidores e instituiu um regime de controlo de idoneidade, conhecimentos e competências e da isenção.</p>
<p>Programa Nacional de Gestão do Combustível Irrradiado Conselho de Ministros de 27 de julho</p>	<p>Aprovou uma Resolução que atualiza o Programa Nacional de Gestão do Combustível Irrradiado e dos Resíduos Radioativos, elaborado pela Comissão Reguladora para a Segurança das Instalações Nucleares, para 2015-2019, de modo a garantir uma gestão segura dos resíduos radioativos, em cumprimento das normas europeias.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<p>Mercado de Capitais- Financiamento das Empresas</p> <p>Decreto-Lei n.º 77/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série I de 2017-06-30</p>	<p>Cria medidas de dinamização do mercado de capitais, com vista à diversificação das fontes de financiamento das empresas.</p>
<p>Código das Sociedades Comerciais – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas</p> <p>Decreto-Lei n.º 79/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série I de 2017-06-30</p>	<p>Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.</p>
<p>Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos</p> <p>Decreto-Lei n.º 80/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série I de 2017-06-30</p>	<p>Implementa a medida Simplex+ «Licenciamentos Turísticos+ Simples», alterando o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos.</p>
<p>Certificação eletrónica de micro, pequena e média empresa</p> <p>Decreto-Lei n.º 81/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série I de 2017-06-30</p>	<p>Altera a certificação por via eletrónica de micro, pequena e média empresa.</p>
<p>Economia circular – Mobilidade hipocarbónica – Comissão Europeia</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 141/2017 - Diário da República n.º 126/2017, Série I de 2017-07-03</p>	<p>Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017.</p>
<p>Exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria</p> <p>Lei n.º 46-A/2017 - Diário da República n.º 128/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-07-05</p>	<p>Autoriza o Governo a regular o acesso e o exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito, transpondo a Diretiva 2014/17/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação</p>
<p>Investidores de dívida pública portuguesa</p> <p>Decreto-Lei n.º 81-B/2017 - Diário da República n.º 130/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-07-07</p>	<p>Reforça a clareza e a segurança dos intervenientes nos mercados e dos investidores de dívida pública portuguesa.</p>
<p>Transposição de Diretiva - Atividade de intermediário de crédito</p> <p>Decreto-Lei n.º 81-C/2017 - Diário da República n.º 130/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-07-07</p>	<p>Aprova o regime jurídico que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria, transpondo parcialmente a Diretiva 2014/17/UE.</p>
<p>Pensões</p> <p>Portaria n.º 210/2017 - Diário da República n.º 135/2017, Série I de 2017-07-14</p>	<p>Determina os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações registadas que servem de base de cálculo às pensões iniciadas durante o ano de 2017</p>
<p>Estratégia TIC 2020 – Planos Estratégicos</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2017 - Diário da República n.º 143/2017, Série I de 2017-07-26</p>	<p>Aprova a Estratégia TIC 2020 e o respetivo Plano de Ação.</p>
<p>Transposição de Diretiva – Divulgação de informação de grandes empresas</p> <p>Decreto-Lei n.º 89/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28</p>	<p>Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/UE.</p>
<p>Rendimento social de inserção</p> <p>Decreto-Lei n.º 90/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28</p>	<p>Altera o regime jurídico do rendimento social de inserção</p>
<p>Transposição de Diretiva – Combustíveis – Emissão de gases com efeito de estufa</p> <p>Decreto-Lei n.º 91/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28</p>	<p>Estabelece métodos de cálculo e requisitos de relatórios relativos a combustíveis e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Diretiva (UE) 2015/652.</p>

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.